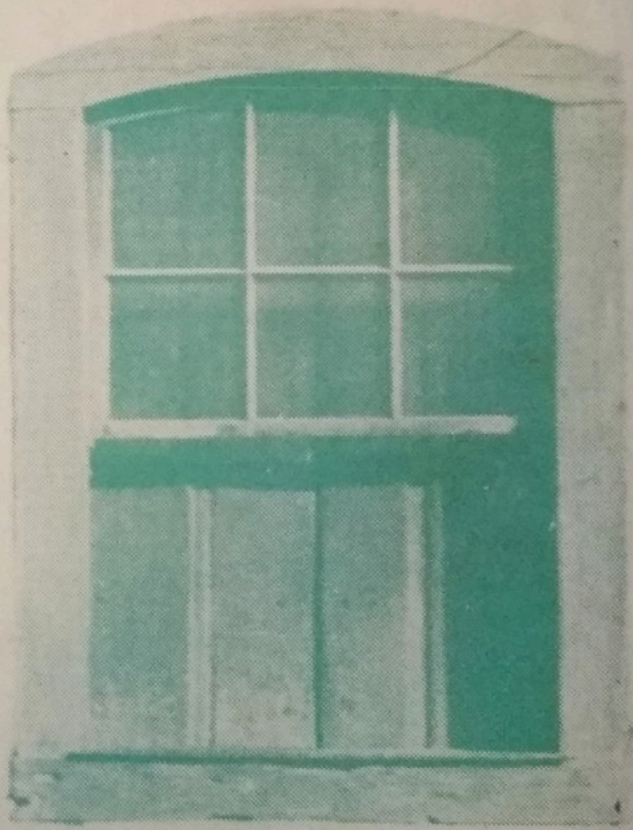
ARQUITETURA

abril, 1964





22

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

CHAPAS

DE ALUMÍNIO CORRUGADAS PARA COBERTURAS



Companhia Brasileira de Alumínio

RUA RIZKALLAH JORGE, 50 - 11.º ANDAR - SÃO PAULO

CBA

AZULEJOS KLABIN

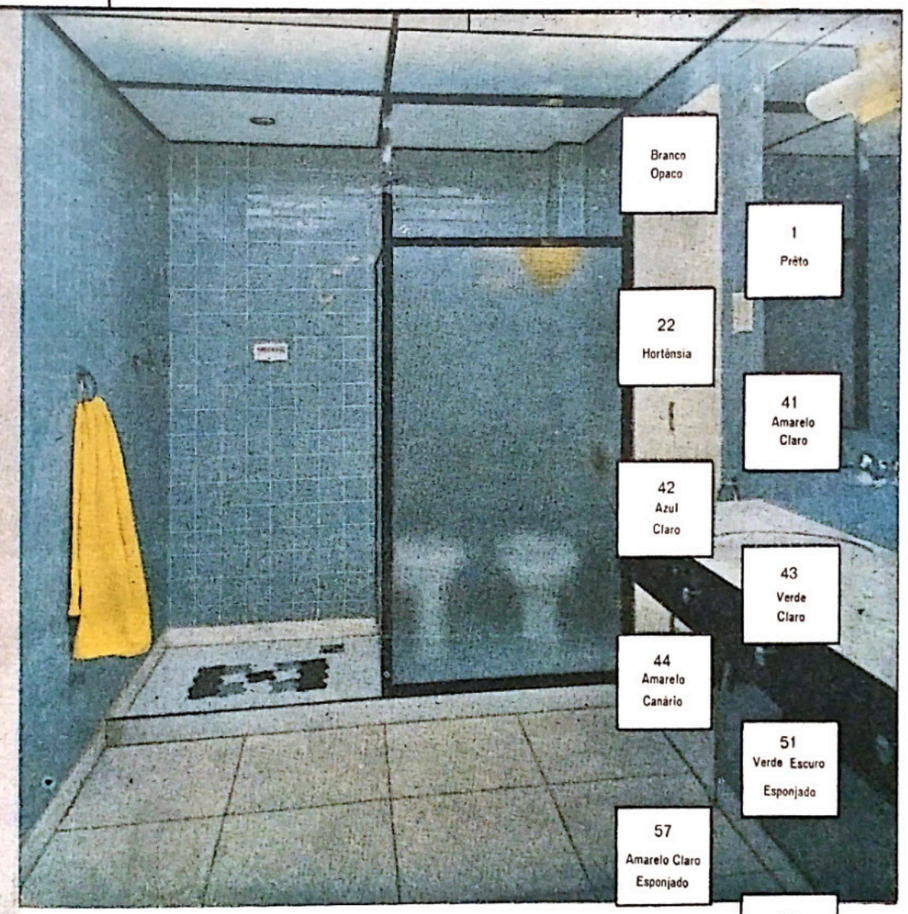
Klabin Irmãos & Cia.

Setor Manufatura Nacional de Porcelanas

Escritório Central: Av. Rio Branco, 81 - 14. andar - Tel.: 23-5870
Caixa Postal, 1622 - End. Telegr. "Klabin" - Rio de Janeiro

Azulejos

o moderno, prático, decorativo chama-se AZULEJO



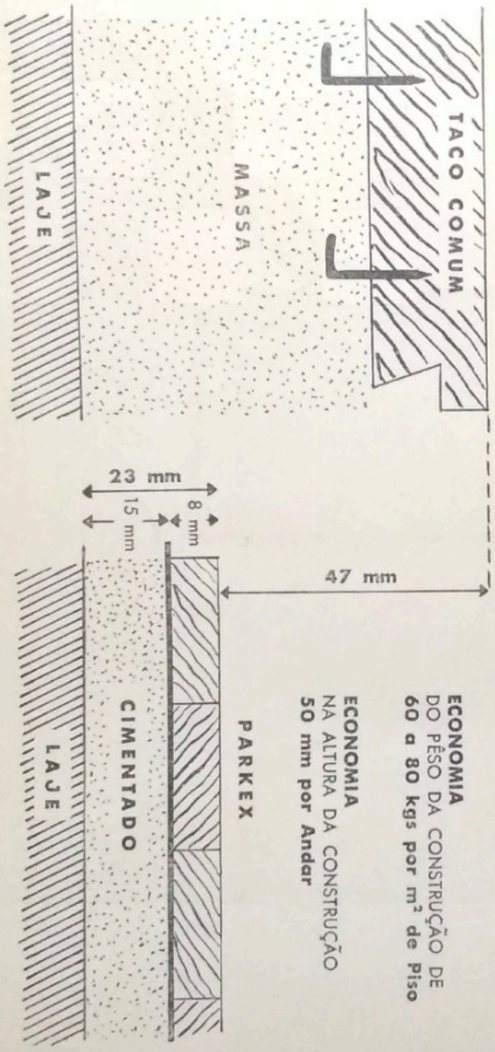
Quando você vai ao seu clube, você nota que a piscina e os vestiários são revestidos de azulejos. Nos refeitórios dos colégios e das fábricas, nos laboratórios e gabinetes de física e química, e nos hospitais, onde a assepsia é um imperativo, você também encontrará os azulejos. Mas, além do grande serviço que os azulejos prestam à higienização dos ambientes, êles podem ser usados também como elemento decorativo, em magníficos painéis a côres ou decorando fachadas e corredores.

PARKEX

... o parquet higiênico de classe superior!

PREPARAÇÃO DO PISO PARA **PARKEX**

E SUAS VANTAGENS



ECONOMIA
DO PÊSO DA CONSTRUÇÃO DE
60 a 80 kgs por m² de Piso

ECONOMIA
NA ALTURA DA CONSTRUÇÃO
50 mm por Andar

TAMANHO NATURAL

PARKEX S. A.

INDÚSTRIA DE PARQUET

RIO DE JANEIRO: RUA CANDELÁRIA, 9, S. 410 - TEL.: 43-7798



trazemos
uma palavra
de Brasília...

De otimismo. De confiança no futuro. Somos o único Banco brasileiro com sede em Brasília. Somos, provàvelmente, a primeira organização privada brasiliense que se projeta pelo Brasil e que se estende ao Estado da Guanabara. Estamos ultimando nossas modernissimas instalações para inauguração, muito breve, na Rua do Rosario. Primeiro Banco sediado em Brasília desde os dias pioneiros da construção, já com agência em Goiânia e Curitiba, o Banco de Brasília traz para a Guanabara o mesmo empenho em servir a economia brasileira, o comércio, a industria, os particulares. E, acima de tudo, a sua confiança no futuro comum, traduzida nesta mensagem que trazemos de Brasília. Esperamos que, muito breve, o Banco de Brasília venha a ser um "velho amigo" a serviço da Guanabara.

Capital: 140.000.000,00
Sede: Brasília
Agências: Goiânia - Curitiba

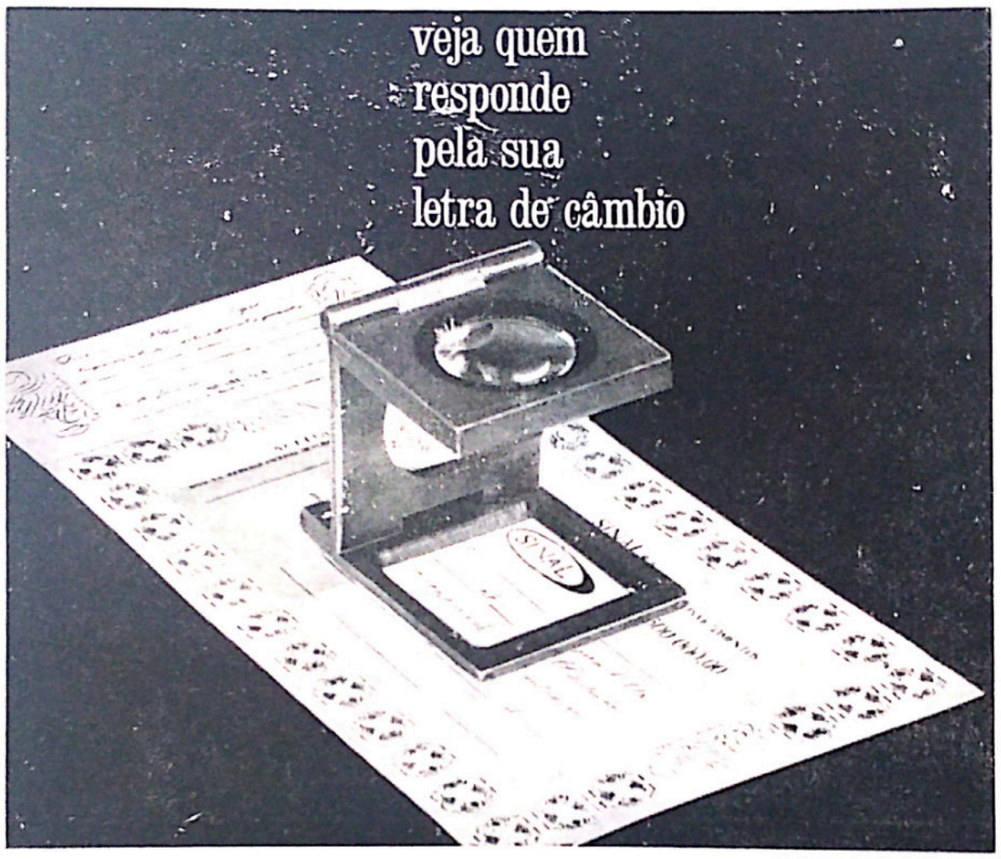
DIRETORIA

DIRETOR PRESIDENTE - Fernando Magalhães Pinto
DIRETOR - Glower Raimundo de Souza Duarte
DIRETOR - Eleowaldo Pieruccetti
DIRETOR - Sylvio de Magalhães Lins

BB

Banco de Brasília S. A.





(... e pelo "seu" investimento!)

Você sabe o que é uma Letra de Câmbio. O que ela representa para quem a emite: capital que dinamiza a indústria e o comércio. O que ela representa para Você: proteção do seu dinheiro contra a desvalorização e, mais do que isso, uma renda excepcional.

Mas, para Você, tão importante quanto o rendimento, é saber quem responde pela Letra de Câmbio que Você adquire, quem a aceita, quem garante o seu pagamento no prazo certo.

Aplique bem o seu dinheiro. Confie a sua aplicação a quem representa absoluta garantia e proteção.

SINAL

SOCIEDADE NACIONAL DE CRÉDITO,
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Carta Patente 145 — Capital: Cr$ 100.000.000,00

Rua do Ouvidor, 108 - 4.º and. - Tels.: 31-3621 - 31-3230 - 31-3622 - Rio, GB

CONSELHO CONSULTIVO
Francisco Manuel de Mello Franco
Joel de Paiva Côrtes
José Luiz de Magalhães Lins
Juraci Montenegro Magalhães
Marcos Magalhães Pinto
Otto Lara Resende
Rui Gomes de Almeida

DIRETORIA
Presidente: Sylvio de Magalhães Lins
Superintendente: José Rangel de Almeida
Diretor: Delphim Sallum de Oliveira

Informações sobre a SINAL nos seguintes bancos:

BANCO NACIONAL DE MINAS GERAIS S/A
BANCO COMERCIAL DE MINAS GERAIS S/A
BANCO DE BRASILIA S/A
BANCO DO TRIÂNGULO MINEIRO S/A
BANCO NACIONAL DE SÃO PAULO S/A
BANCO NACIONAL DO ESPIRITO SANTO S/A
BANCO SOTTO MAIOR S/A



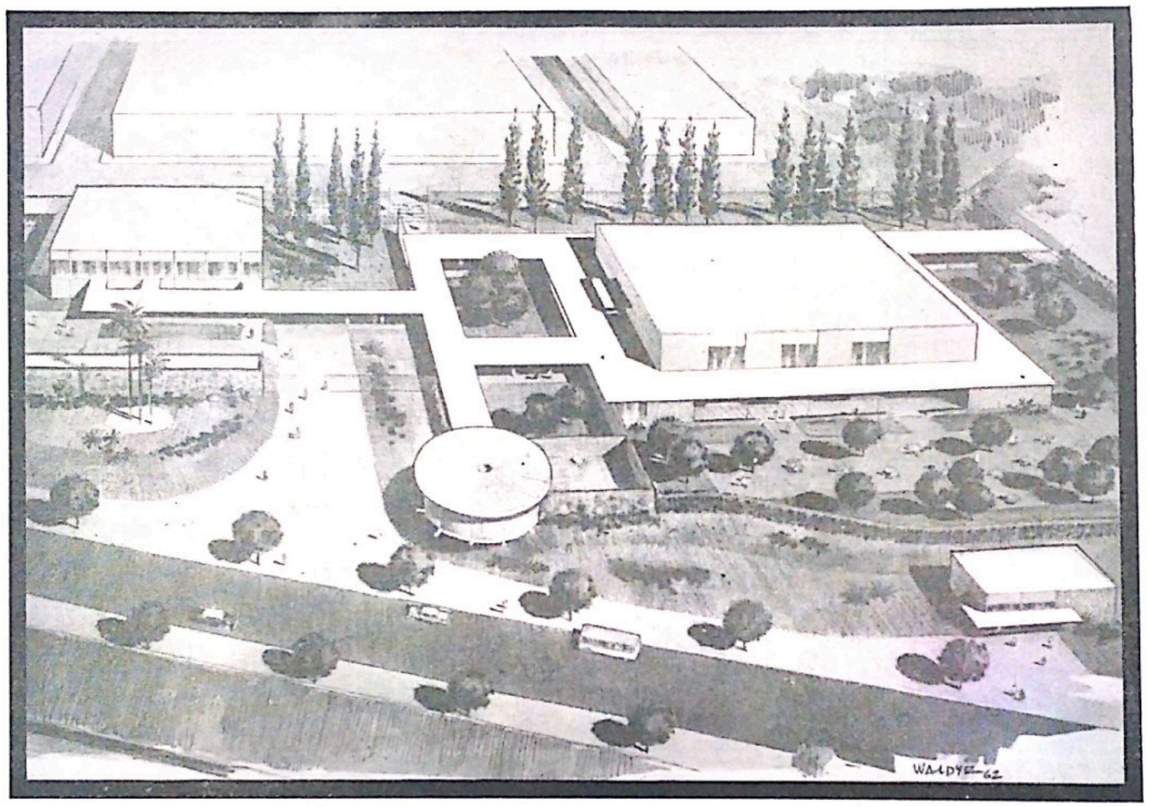
e tem
tôda a razão
Madame João de Barro:

ela também sabe que **STYROPOR** é o isolante térmico da at
lidade. Tão leve, tão fácil e econômico de transportar! Qualq
pessoa pode serrá-lo, fresá-lo ou cortá-lo nas formas que dese
para uma rápida colocação como corpos pré-moldados. Isola p
feitamente paredes, telhados e pisos, oferecendo ainda uma
resistência a vibrações mecânicas e a ruídos. Imune à ação de áci
bases e outros produtos químicos, **STYROPOR** não mofa n
forma parasitas, não apodrece e não envelhece. **Madame Jo
de Barro** fêz bem em exigir: **STYROPOR** dá ao confôrto u
garantia permanente.

CHAPAS
ISOLANTES **STYROPOR**

prontas na exata dimensão
fazem perfeita a construção

Procure em todo o Brasil as chapas manufaturadas à base de STYROPOR sob êstes nomes de fabrica
FRIGOPOR – MULTIPOR – POLYSTOR – STIROPLAC – STIROPLAST
Informações e folhetos na **QUIMICOLOR**-Av. São Luís, 86 - 11.º e 12.º - São Paulo - Pôrto Alegre: tel. 5401/06 - CP.
Rio de Janeiro: tel.: 23-4687 - CP. 158 - Recife: tel.: 4-3983 - CP. 360. - STYROPOR - matéria prima produ
exclusivamente pela Cia de Produtos Químicos **IDRONGAL** - Guaratinguetá - São Pa



Sugestivo detalhe das instalações sociais planejadas para a Fábrica da Cia. Fiat Lux, de Fósforos de Segurança, cuja construção está em andamento em São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco. O projeto em execução prevê: capela, escola, residências para operários, pavilhão social, creche, vestiário, piscina, campo de futebol e pista de atletismo.

Projeto dos arquitetos: **Dilson Gestal Pereira**
Waldyr Antunes de Figueiredo
e Arthur Cesar de M. Soares.

ambiente - spazio
ambiente - spazio
ambiente - spazio
ambiente - spazio
ambiente - spazio
ambiente - spazio
ambiente - spazio
ambiente - spazio



spazio móveis e decorações limitada
concessionário exclusivo para a guanabara de
ambiente indústria e comércio de móveis S. A.

ambiente - spazio

uma linha completa de móveis para escritório e residência, desenhados por arquitetos de renome internacional, satisfazendo as exigências e necessidades contemporâneas de funcionalidade e beleza.

consulte sem compromisso nosso departamento de planejamento
rua barata ribeiro 200, loja f, tel: 37-6637 rio - gb

impermeabilizando há mais de 50 anos...



marquises
terraços
caixas d'água
sub-solos
calhas
piscinas
etc.

CAVO

COMPANHIA AUXILIAR DE VIAÇÃO E OBRAS

MATRIZ
RUA SANTA LUZIA, 685 - 10º
TEL. 32-2270
TELEG. "NEUCHATEL"
RIO DE JANEIRO

FILIAL
RUA PRESIDENTE SOARES BRANDÃO, 163
TEL. 33-5998
TELEG. "NEUCHATEL"
SÃO PAULO

FILIAL
RUA GOITACAZES, 14 - S. 601
TEL. 2-1617
TELEG. "NEUCHATEL"
BELO HORIZONTE

FILIAL
RUA 15 DE NOVEMBRO 556 - S. 701/2
TEL. 4-1220
TELEG. "NEUCHATEL"
CURITIBA

Exito absoluto!



Agradecemos aos nossos prezados clientes a preferência dada ao aço especial para construção

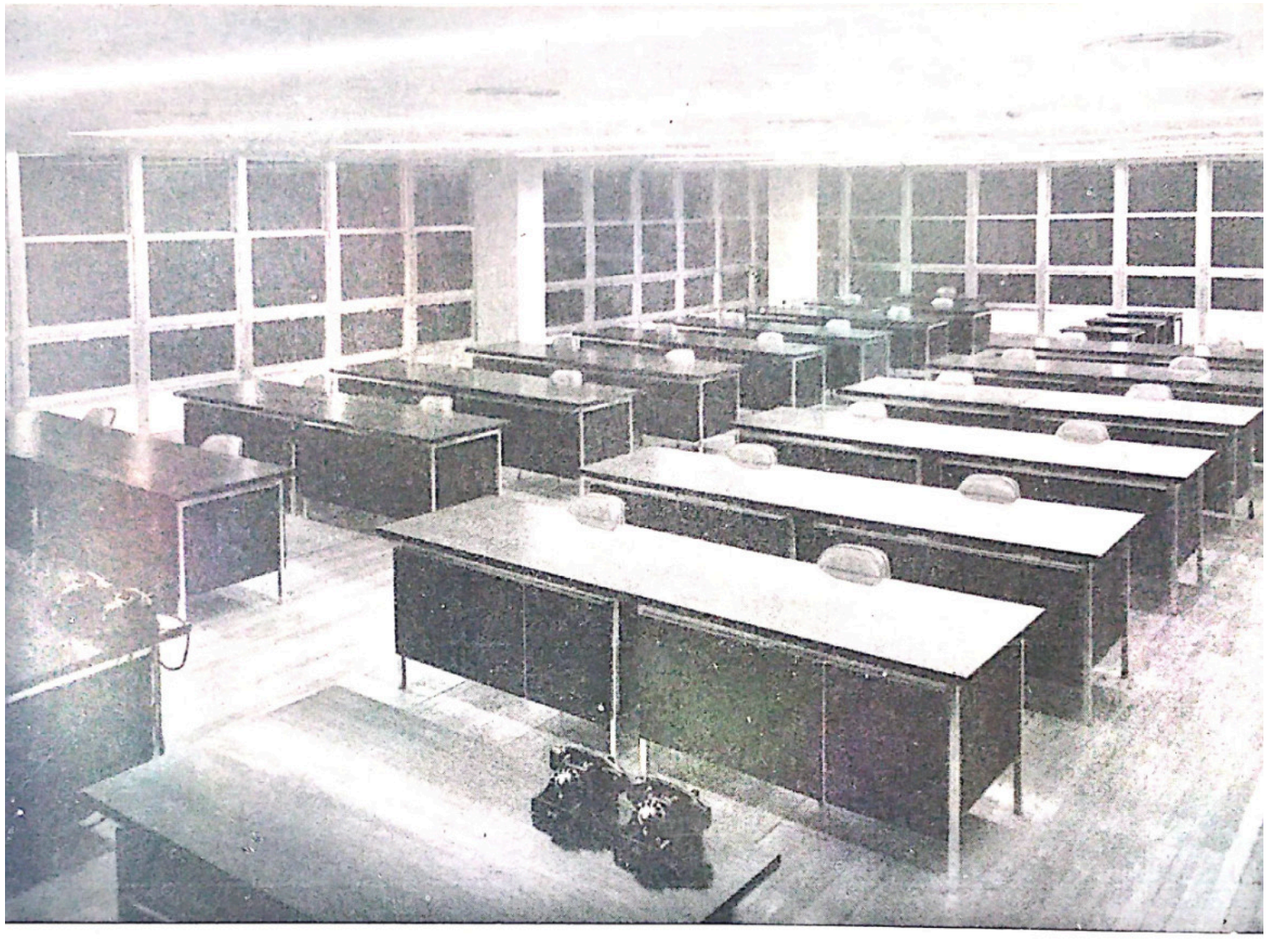
BARRA-MANSA-5000

cujos índices de vendas superaram as nossas expectativas

Fabricantes
SIDERÚRGICA BARRA MANSA S.A.

Vendas
IND. E COM. METALÚRGICA ATLAS S.A.

Rua Rizkallah Jorge, 50 - 14.º e 15.º Andares
Fones: 32-3148 - 32-5146 - Rede Interna - S. Paulo



Contabilidade

É uma das muitas seções na nova sede do **Bank of London & South America Ltd.**, São Paulo, nas que fornecemos as escrivaninhas para funcionários. Nelas, além da beleza de linhas, nota-se sua versatilidade na grande variedade de modelos e tamanhos, com ou sem gavetas, com base de alumínio ou madeira de lei, enfim, um sem número de variações para as suas necessidades específicas.

Quando V. S.ª visitar êste nôvo prédio, encontrará e identificará muitas de nossas poltronas e cadeiras, que também foram escolhidas para esta obra.

knoll international
fabricados e distribuídos
no brasil
sob licença exclusiva por
forma
barão de itapetininga, 274
32 78 62 35 56 44
rua augusta 2399 80 89 83

PINTAR É UM DESCANSO!

...COM OS PRODUTOS

TINTAS E VERNIZES PARA TODOS OS FINS

MSA
SÍMBOLO DE QUALIDADE



O elevado poder de cobertura, a grande secatividade e durabilidade e o excepcional índice de rendimento dos produtos MSA - os mais econômicos em sua categoria - tornam facílima a sua aplicação, oferecendo sempre resultados compensadores!

FLATEX - Tinta de emulsão, fôsca, lavável, excelente para paredes de interiores.

CANÁRIO - Tinta a óleo, brilhante, de primeira qualidade, para madeira. Lindas côres.

CAIÇARA - Tinta fôsca, alquídica acetinada, para interiores (paredes, portas, esquadrias, etc.

SUPER FLATEX - Tinta plástica, fôsca acetinada, à base de P.V.A., para interiores.

NIULAC - À base de nitrocelulose é a tinta ideal para autos e outras superfícies metálicas.

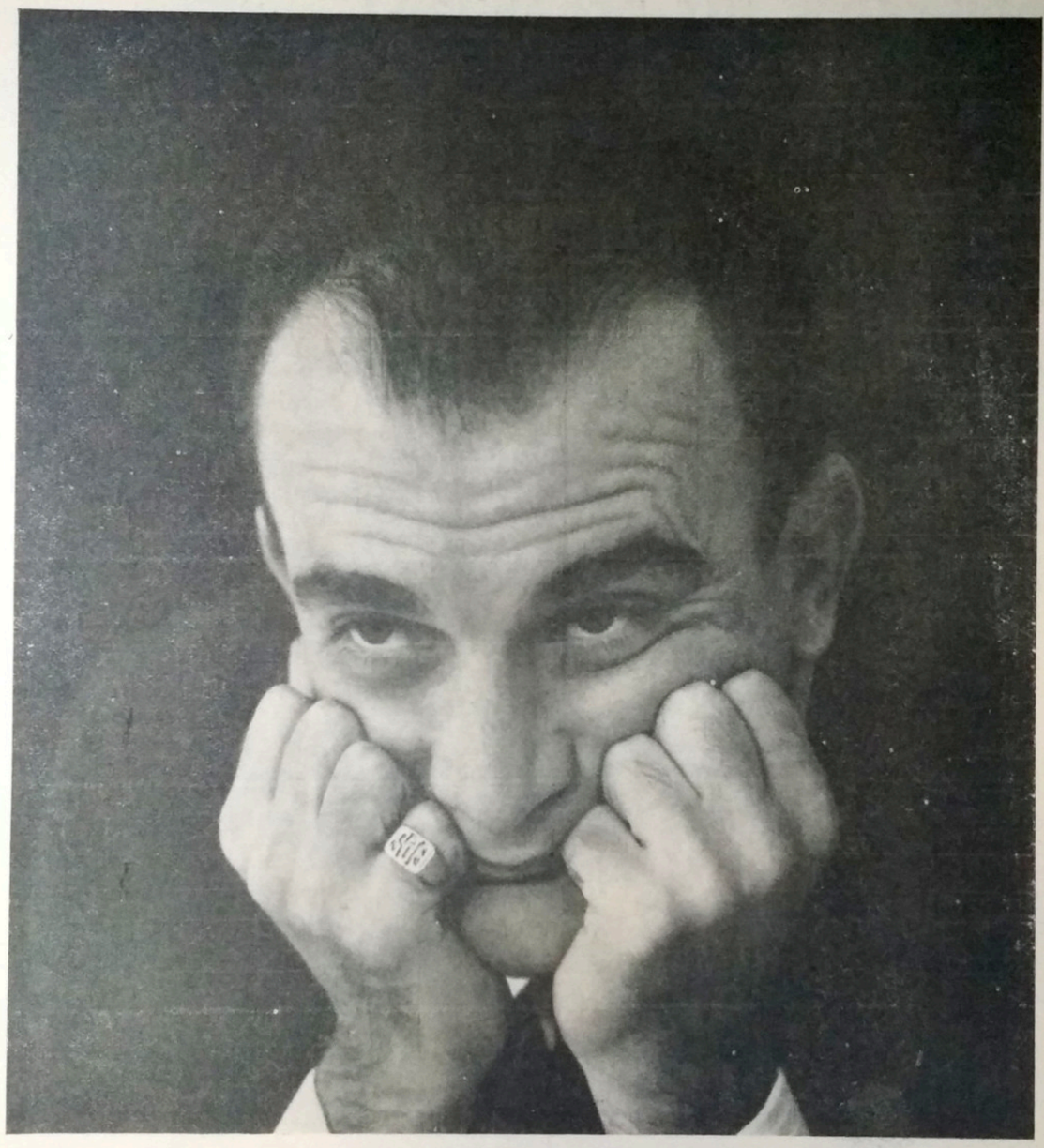
SINTEX - Esmalte sintético - rápido - para interiores e exteriores Excelente secatividade.

SINT-O-LIN - Esmalte sintético, alquídico-fenólico, para uso geral. Côres modernissimas.

MEB-O-LINE - Tinta à base de óleo, brilhante, econômica e de boa durabilidade.

RIO - S. PAULO - P. ALEGRE - B. HORIZONTE - RECIFE - SALVADOR
BELÉM - NITERÓI - PELOTAS - FORTALEZA - MARÍLIA - VITÓRIA

Mesbla



Acho que o patrão está pensando em me promover. Que outro motivo teria para mandar revestir as paredes de minha sala com Codeplac? Ou será que o filho dêle vem para a Companhia?

Codeplac - Chapas de Madeira para Revestimentos - disponíveis em jacarandá, cerejeira, cedro, imbuia, amendoim, marfim ou pinho. Instalam-se ràpidamente.

codeplac

Codega & Cia. Ltda. - Caixa Postal 405
CURITIBA - PR

Standard - SP

A Necessidade de Planejar

Muito pouca coisa faz-se hoje em dia sem plano prévio. Mesmo coisas relativamente simples — o lançamento de um produto de higiene pessoal, por exemplo — são cuidadosamente planejadas. Todos os aspectos envolvidos pelo empreendimento são pesquisados e analisados. Desde a investigação do mercado consumidor à apresentação do produto, da capacidade de absorção da clientela à satisfação do comprador, tudo é verificado com critério.

Não há razão para se proceder de outra forma. Principalmente quando se trata de abrir uma estrada, barrar um curso d'agua, implantar um complexo industrial energético, criar um núcleo habitacional ou cuidar do crescimento de uma cidade. No entanto, neste campo, muito pouco tem sido feito em tal sentido, e, particularmente, no que diz respeito ao crescimento dos núcleos urbanos.

As cidades brasileiras planejadas podem ser contadas nos dedos das mãos. As que nascidas expontâneamente, cuidam de ordenar e disciplinar o seu crescimento são talvez em número ainda menor. Os arquitetos vêem, já há muito tempo, com inquietude e desalento, êste quadro de quase absoluta ausência de planejamento territorial, regional e urbano. Formados e preparados profissionalmente para moldarem o **habitat** do homem, êles vêem com pesar sua ação restrita, na maioria das vêzes, a um mero e superficial "make-up" plástico.

As atuais tendências da arquitetura contemporânea, no mundo inteiro, refletem o trabalho profissional do arquiteto ao enfrentarem temas e programas que envolvem volumes cada vez maiores de habitações e que são tratadas globalmente. Isto é, deixando atrás a concepção da unidade isolada, parte-se para o tratamento arquitetônico de conjuntos cada vez maiores e mais complexos. Da residência unifamiliar isolada passou-se a agregá-las e daí para o edifício de apartamentos e dêste para conjunto residencial de blocos de habitações coletivas, ocupando áreas mais extensas, abrigando maiores populações e onde as necessidades da aglomeração fazem-se maiores e mais complexas.

Tal fenômeno é natural e decorre da crescente concentração de grande número de habitantes em áreas urbanas. Êste fenômeno, segundo se crê, é irreversível dentro do quadro da nossa civilização industrial. Fenômeno recente e em plena evolução não comporta ainda o trato do núcleo urbano, o enunciado de uma filosofia e de uma prática acabada, perfeita e completa.

Experiências de inegável valor têm sido tentadas em vários países. Os resultados, como não poderia deixar de ser, são os mais diversos e mesmo às vêzes, contraditórios. Entretanto, um ponto é pacífico: a necessidade de planejar. Sòmente a partir da pesquisa, da análise, do planejamento e da experimentação será possível, através da aferição dos resultados, distinguir o falso do verdadeiro, o negativo do positivo, o errado do certo, o inumano do humano.

Por esta razão, vêm os arquitetos brasileiros se batendo pela criação de uma mentalidade em tôdas as camadas da sociedade que tenha por aspiração a execução de medidas de planejamento territorial. Os grandes problemas decorrentes do incremento populacional, do fenômeno do crescimento urbano acentuado, de uma grande carência habitacional e da implantação de importantes complexos industriais, estão a exigir, há longo tempo, das supremas autoridades do País uma ação clara, objetiva e coordenada em todos os níveis administrativos, no campo da organização do território nacional.

Grande parte dos países mantêm, na atualidade, organismos específicos dedicados ao exame e à solução dos problemas decorrentes da organização do território. Ministérios de urbanismo, de planejamento territorial, de habitação; agências federais para êstes assuntos e muitos outros órgãos de denominação semelhante, em tôda parte, cuidam presentemente de equacionar, encaminhar e solucionar os aspectos relativos ao planejamento regional e urbano, do uso da terra e da habitação.

Os arquitetos brasileiros continuam aguardando que os responsáveis pelos destinos do País considerem êstes aspectos que, se envolvem problemas políticos relevantes, são, a nosso ver, primordialmente, problemas técnicos da maior envergadura. Para que se apreenda a sua magnitude basta citar que, na atualidade, e segundo o Suplemento Informativo do CINVA — Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento, da União Panamericana — os Estados Unidos dispendem em sua renovação urbana a soma aproximada de 26.000 milhões de dólares, em programas que abrangem cêrca de 500 cidades norteamericanas, incluídas, praticamente, tôdas as mais importantes.

ARQUITETURA

N.º 22 — Abril — 1961

Órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil — Revista mensal do IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301 — Publicação da Editôra Artenova Ltda. - Trav. 11 de Agôsto, 6/201.

Conselho de Redação: Maurício Roberto, presidente; Affonso Reidy, Edgar Graeff, Ernâni Vasconcellos, Henrique e. Mindlin, Icaro de Castro Mello, Marcelo Roberto, Marcos Konder Netto, Oscar Niemeyer, Paulo Antunes Ribeiro, Paulo Ferreira Santos e Sylvio de Vasconcellos.

Conselho de Direção: Odylo Costa, filho; Alfredo L. Britto — IAB; Maurício Nogueira Batista — IAB.

Conselho de Representantes: Alberto Xavier — IAB-RGS; Jorge Wilheim — IAB-SP; Vital Maria Pessoa de Mello — IAB-PE; Afonso Baqueiros Rios — IAB-BA; Carlos Eugenio Hime — IAB-DF; Abrir Fernandes — IAB-PR; Elio Vianna — IAB-ES.

Editor:
Alvaro Pacheco.

Redação: redator-chefe — Maurício Nogueira Batista — IAB; secretário — Alfredo L. Brito — IAB; departamento de arte — Roberto Scorzelli — IAB.

Colaboradores: Claudius Ceccon — IAB; Ferreira Gular, Carlos Diegues, Jota, Cleber Ribeiro Fernandes, Jose Guilherme Merquior, Nelson Lins de Barros, Luís Miranda Corrêa, Arq. Alberto Vieira de Azevedo.

Editora Artenova Ltda. — Diretores: Alvaro Pacheco, Odylo Costa, Filho e Cicero Sandroni — Trav. 11 de Agosto, 6, grupo 201.

Redação: IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301 — tel.º 22-1703, — Rio.

Administração, Publicidade e Assinaturas: Trav. 11 de Agôsto, 6 — grupo 201 — tel.: 31-2641; Rio - GB.

Representante em S. Paulo: REPRENAES — Rua 7 de Abril, 261 — 5.º andar — tel.: 32-3512.

Esta publicação é distribuída gratuitamente a todos os arquitetos do Brasil, instituições de ensino superior, associações de classe e entidades culturais nacionais e estrangeiras, professôres de arquitetura e engenharia de todo o País, centros acadêmicos, repartições públicas federais, estaduais e municipais ligadas à arquitetura, à engenharia e à construção em geral, governos estaduais, tôdas as firmas construtoras do Rio e S. Paulo, e de outros estados, firmas de decoração, galerias de arte, escritórios técnicos.

Venda avulsa em livrarias e bancas especializadas; preço do exemplar: Cr$ 350,00; exterior US $1; assinaturas: 1 ano — Cr$ 3 400,00; exterior: US $10, tiragem: 10.000 exemplares.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Composição e Impressão: EDIGRAF — Editora e Gráfica Ltda. — Pç. Cruz Vermelha, 3-A — Rio.

SUMÁRIO

2 Editorial

A Necessidade de Planejar

4 Planejamento

Planos diretores para as cidades pequenas e médias do Brasil

Eng. Antonio Bezerra Baltar

12 Aspectos do Art Noveau no Pará

Luiz de Miranda Corrêa

16 Desenho Industrial

Arquitetura e Desenho Industrial

Arq. Flavio Marinho Rêgo

18 Técnica e Indústria

Planejamento e Contrôle de Indústria

Arq. Alberto Vieira de Azevedo

20 Documentação

Bibliografia Comentada Sôbre Planejamento Urbano

27 Painel

30 Destaque

31 Notícias

33 Legislação



Planos diretores para as cidades pequenas e médias do Brasil

Eng. Antônio Bezerra Baltar
Urbanista, professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Recife.

1. — INTRODUÇÃO

A maioria, senão a totalidade, das cidades-sede dos três mil e tantos municípios brasileiros, está crescendo desordenadamente, sem nenhum plano ou orientação, ao sabor dos interêsses de diferentes grupos sociais, especialmente da especulação desenfreada com valores imobiliários urbanos. Sob a pressão do desenvolvimento da economia nacional amplas massas rurais se têm deslocado continuamente do campo para essas cidades, superpovoando-as e fazendo-as crescer a um ritmo mais acelerado do que o da evolução de sua capacidade de oferecer emprêgo e de implantar e operar os serviços básicos característicos do meio urbano.

O fenômeno não é privativo do Brasil pois tem-se verificado ao longo de tôda a América Latina, cujo processo de desenvolvimento sócio-econômico, como o nosso, se tem caracterizado — com variantes regionais é bem verdade — pela ausência de um mínimo de homogeneidade de ambos os pontos de vista: o setorial e o regional. Dessa forma, tanto se tem distinguido o processo de desenvolvimento por um desequilíbrio estrutural crescente, que afeta sobretudo a agricultura em face das atividades industriais e urbanas, como também por uma concentração em áreas privilegiadas — quase sempre em tôrno das capitais e do pequeno número das cidades maiores de cada País — aspecto êsse que se agrava naturalmente pela ação preferencial, ditada progressivamente pelas economias externas e pelas economias de escala que consolidam o processo de convergência para essas áreas. Todos êsses fatos acentuam a necessidade inadiável da planificação nacional, isto é, de uma sistemática aplicada ao mecanismo sócio-político ao qual incumbem as decisões fundamentais de interêsse coletivo, partindo de uma disciplina do esfôrço estatal no plano econômico e administrativo e chegando a uma regulação racional do esfôrço produtivo privado em função das necessidades reais de cada nação e do interêsse conjunto do continente em fase de desenvolvimento que é a América Latina.

A eficiência dessa planificação depende no mínimo de dois fatôres igualmente importantes: do seu lastreamento numa interpretação correta do processo de desenvolvimento sócio-econômico, entendida e aceita pelo povo em seu conjunto, e de sua aplicação coerente e contínua em em tôdas as dimensões e a todos os níveis em que pode e deve ser aplicada como disciplina sistemática, consciente e racional, das decisões tomadas em nome da comunidade com o objetivo de atender progressivamente às suas necessidades econômicas e culturais.

Três são os níveis e um pouco mais numerosas as dimensões em que a planificação pode ser realizada: aos níveis nacional, regional e local (rural ou urbano) e nas dimensões econômica, física, político-administrativa e social, pelo menos.

Entendemos que em cada nível da planificação é dominante um ou mais dimensões do planejamento.

Assim, ao nível nacional a atividade planejadora se exerce de preferência em suas dimensões economicas e politico-administrativa, enquanto no outro extremo da escala, ao nível local, rural ou urbano, o planejamento é sobretudo físico e social, à base evidentemente dos dados econômicos e politico-administrativos que projetam nesse nível as outras dimensões dos planos nacional e regional.

De tudo se depreende que o planejamento da vida coletiva que a história ensina ser condição necessária de progresso e do equilíbrio sociais — além de ser um processo contínuo de tomada de decisões e não uma visão estática de uma organização ideal da comunidade, tem como condição de eficácia adequada a todos aqueles níveis e dimensões.

Ao chegar ao nível local nas áreas de ocupação do tipo urbano e que o planejamento afeta a possibilidade de crescimento equilibrado e harmonioso das cidades de todos os tamanhos, sem excluir aquelas pequenas e médias em população e extensão — a maioria das sedes de municípios do Brasil, tão numerosas como geralmente descuidadas dêsse aspecto da organização social da comunidade.

Vamos propor aqui a consideração de alguns problemas ligados a essa questão, começando por esboçar um retrato do que está ocorrendo nas cidades brasileiras do ponto de vista da crise de crescimento que em grande maioria é a marca de sua fase atual de evolução, analisando, sumàriamente embora, as causas dêsse fenômeno generalizado para apontar em seguida o caminho da superação dessa crise através do planejamento urbano cujas condições de eficiência serão finalmente apontadas em suas linhas gerais.



Inicialmente ficará entendido que classificamos nas categorias de cidades médias e pequenas as comunidades urbanas de mais de 5.000 pessoas com o máximo de 100.000 habitantes, convenção que embora arbitrária, serve para excluir aquelas aglomerações em que determinados problemas assumem aspecto de maior gravidade, especialmente aquêles ligados à dinâmica da vida urbana como os de tráfego, transportes coletivos, abastecimento alimentar e uns tantos outros e por outro lado as aglomerações pequenas demais para serem tratadas como cidades.

Nas cidades pequenas e médias, de acôrdo com aquela definição, êsse problema se apresentam com outros parâmetros e devem ser abordados de maneira distinta do que ocorre nas cidades grandes, até o extremo das metrópoles de mais de 1.000.000 de habitantes, em que êles se tornam definitivamente agudos.

Igualmente se compreenderá, desde logo, que abordamos exclusivamente a problemática do planejamento urbano enquanto disciplina a utilização do espaço das cidades com o objetivo de assegurar à vida coletiva o seu desenvolvimento progressivo em condições ótimas de eficiência, vale dizer com o mínimo de atritos e de choques entre grupos sociais e portanto de desgaste e desperdício de esforços da comunidade urbana. Não nos deteremos, pois, em pormenores de técnica urbanística, arquitetônica ou de engenharia, mas apenas focalizaremos o trabalho de coordenação superior do emprêgo dessas técnicas em que sob certo aspecto se constitui o planejamento urbano.

Sob êsse aspecto uma cidade se apresenta como um complexo "geo-econômico" ao qual se superpuzeram dois outros: o complexo "sócio-cultural" de uma população que lhe promoveu a criação e o desenvolvimento e o complexo "técnico-funcional" dos equipamentos que foram implantados no espaço original como instrumento de sua transformação em ambiente urbano.

O crescimento de uma cidade é, pois, em suma, um fato de adaptação que acarreta um processo contínuo de mudança de uso do espaço original ao qual a presença do homem imprimiu, em sucessivas etapas, um "faciès" geo-econômico distinto: a floresta virgem ou o campo primitivo se transformando na área cultivada pela agricultura e esta dando lugar ao casario cerrado, às pavimentações, às rêdes aéreas ou subterrâneas de distribuição ou de coleta e aos outros elementos dinâmicos múltiplos e complexos de uma cidade.

A análise dêsse processo contínuo de mudança de uso do espaço original permite identificar estágios de urbanização cujos índices numéricos, postos em confronto com os dados de população e de área urbanizada ou de densidade de ocupação, dão oportunidade de um diagnóstico do crescimento urbano à base da experiência de outras cidades do mundo, em diferentes épocas.

E' precisamente êsse processo de mudança de uso do espaço que tem sido deixado nas cidades brasileiras desenrolar-se ao sabor de interêsses de grupos em lugar de se desenvolver de forma planificada visando os legítimos interêsses gerais da comunidade.

2. — A CRISE DE CRESCIMENTO DAS CIDADES BRASILEIRAS

A História da Civilização ensina claramente que o crescimento das cidades depende sempre da estrutura econômica das instituições sociais que lhes serviram de base.

O complexo sócio-cultural e o complexo geo-econômico de base a que se superpõe em tôda cidade contribuiram predominantemente cada um com uma de suas componentes para criarem as condições que fariam possível o surgimento de cidades relativamente grandes, tornando-se viáveis depois, pela evolução do terceiro complexo urbano — o técnico-funcional — as cidades propriamente gigantescas.

Até o Império Romano não haviam surgido as cidades de mais de 100.000 habitantes que a estrutura econômica e militar daquêle Império fêz aparecerem e já no século XIX, ao se formarem as primeiras aglomerações de um milhão de habitantes, elas eram decorrência da revolução industrial, isto é, de um fato técnico e econômico de imediata repercussão nas instituições sociais.

A cada combinação sucessiva de fatôres sociais, econômicos e técnicos, corresponde um tamanho máximo de cidade ou mesmo uma ordem de grandeza das aglomerações urbanas maiores. A transição histórica de uma para outra configuração se fará de maneira normalmente evolutiva se a adequação dos fatôres preceder ao fato urbano, isto é, se as condições econômicas, sociais e técnicas de existência de uma cidade de determinada escala de grandeza se implantarem em conseqüência da evolução do sistema de produção e trocas das instituições que informam a sociedade e da tecnologia corrente e constituirem a base do crescimento urbano num país ou região. Ora, o que vem ocorrendo em geral nas áreas subdesenvolvidas e no Brasil em particular é que o fenômeno da convergência para as cidades resulta de uma migração rural-urbana cujas causas predominantes são as condições de vida no campo, tornadas insuportáveis pelo anacronismo da economia e das instituições e o atraso da tecnologia nas zonas rurais.

Dêsse modo a afluência de novos habitantes não encontra preparada a cidade para recebê-los sob nenhum dos três aspectos fundamentais, o econômico, o social e o técnico.

Ao invés de se constituir como devia na "mais importante unidade de produção e de consumo já concebida pelo homem", a cidade brasileira entra em crise e não proporciona da forma esperada o ambiente técnico adequado ao crescimento da economia e ao aperfeiçoamento das instituições. Crise de crescimento caracterizada pela perda do senso das proporções que se refletem na escolha das localizações e na determinação do dimensionamento dos órgãos que preenchem as funções urbanas.

Implantadas inicialmente segundo a perspectiva de grupos pioneiros de visão idealista mas geralmente limitada, essas cidades foram em geral idealizadas para atender a uma modesta concepção de uma parada de estrada de ferro ou de um cruzamento de rodovias, de um empreendimento agrícola, pecuário ou industrial bem sucedido ou de uma posição estratégica, comercial ou militar, essas cidades foram crescendo por adição sucessiva de novas áreas sem que alguém cuidasse de pensar nelas como um todo orgânico cuja fórmula de evolução não pode ser o simples crescimento periférico. Desrespeitada a dinâmica própria dos organismos — embora organismo social — as anomalias se tornam fatais e arrastam às conseqüências inevitáveis. O espaço urbano se distribui mal entre as diversas funções a que se destina: as condições locais mais favoráveis deixam de ser aproveitadas, os equipamentos fundamentais se tornam insuficientes e não mais atendem satisfatòriamente à população. Esta, por sua vez, não encontra as condições de emprêgo e de alimentação, de habitação, de educação e de saúde a que tinha o direito de aspirar e assim se desajusta psicológica e socialmente.

O próprio fato da concentração urbana representa uma condição de agravamento dêsses problemas que são comuns a quase tôdas as cidades brasileiras.

No fundo de tôda essa problemática está a circunstância de atravessarmos uma fase de transição muito rápida de uma sociedade de tipo tradicional baseada em atividades predominantemente do setor primário da economia para uma outra fundada de preferência na atividade industrial que acarreta o crescimento não só do próprio setor secundário da economia, mas também do terciário.

Pressionada essa transição pelo crescimento demográfico do país a taxas que são as mais altas da vida de todos os povos, desenrola-se ela a uma velocidade surpreendente.

Por outro lado a insegurança econômica acarretada aos investimentos diretamente produtivos por essa conjuntura de transição, estabelece uma preferência excessiva pelas imobilizações de capital em terrenos urbanos cuja propriedade é conservada sem utilização como fórmula de manutenção do valor dos patrimônios em têrmos reais. Essa preferência acarreta o crescimento fictício de certas cidades cujas áreas pseudo-urbanizadas muitas vêzes excedem de muito a superfície das zonas realmente ocupadas, sob a forma de agrupamento urbano. A conseqüência mais freqüente é a prestação dos serviços públicos em condições totalmente anti-econômicas devido à rarefação populacional que diminui o rendimento dêsses serviços por unidade de área urbana e por pessoa.

1.3. — Traço do homem: a) edifícios públicos importantes; b) edifícios comerciais e industriais mais destacados; c) edifícios institucionais (escolas, hospitais, etc.) mais importantes; d) vias principais de trânsito (avenidas, pontes, portos, aeroportos, estações, ferrovias, etc.)

Torna-se cada vez mais nítido o descompasso tanto por um lado, entre a industrialização efetiva da economia



e a urbanização verificada, como por outro lado, entre o crescimento da área dita urbanizada e a sua efetiva ocupação e utilização.

O primeiro fenômeno reduz o coeficiente de emprêgo em face da afluência real da população para as cidades e o segundo agrava o desajustamento econômico assim acarretado ao encarecer a prestação dos serviços de caráter urbano, pelo que interage um fenômeno sôbre o outro.

A crise de crescimento das cidades brasileiras resulta assim de um conjunto de fatôres econômicos, sociais e técnicos, que se traduzem na má localização e no dimensionamento inadequado dos órgãos e equipamentos urbanos e sòmente pode ser superada por um planejamento físico alicerçado nos dados de um plano econômico que discipline as atividades de produção e trocas de cada uma das regiões, integrando-se tudo numa planificação nacional. De outro modo essa crise tenderá a agravar-se sempre, conduzindo as populações urbanas a estados agudos de desajustamento psico-social, semelhante aos que já se observam atualmente nas populações rurais brasileiras.

3. — ESTUDOS PRELIMINARES PARA UM PLANO-DIRETOR COMO INSTRUMENTO DE CONTRÔLE DO CRESCIMENTO URBANO.

Do que foi dito nos itens anteriores se conclui que o crescimento das cidades nas áreas subdesenvolvidas da idade contemporânea é afetado por alguns fatôres que, sem um esfôrço de planificação, fogem ao contrôle social e desencadeiam um desajustamento progressivo.

Como se procurou mostrar, êsse desajustamento se manifesta no plano econômico pela insuficiência da oferta de emprêgo na zona urbana em face dos contingentes cada vez maiores de população adventicia; no plano técnico pelo encarecimento decorrente da baixa produtividade dos serviços prestados à população pelas entidades públicas e privadas, e no plano social pelos choques e atritos e pelo conseqüente desgaste dos grupos urbanos.

O crescimento das cidades deixa de ser o harmonioso e coerente resultado de uma destinação e dimensionamento dos elementos urbanos às suas finalidades para se transformar numa guerra estéril e destruidora, aberta entre os interêsses de grupos antagônicos. Investidores imobiliários e pretendentes à propriedade de uma habitação, lutando em tôrno de prêços de terreno e custos de construção, concessionários de serviços de utilidade pública e usuários dêsses serviços em permanente debate de tarifas, população rural produtora de gêneros alimentícios e população urbana maior consumidora em guerra contínua pela estabilização do custo de vida em seus setores elementares aticada por intermediários quase sempre inescrupulosos são os mil e um aspectos dêsse desajustamento urbano. O otimismo liberal do século passado que acreditava na eficácia de uma política de "laissez-faire" como fórmula para solucionar a longo prazo êsses problemas é uma atitude totalmente superada e desmentida em sua esperança vã pela lição repetida da história mais recente da humanidade. A tese de que uma planificação da vida urbana é indispensável não comporta mais discussão alguma. Em que consiste, porém, essa planificação como instrumento de superação da crise de crescimento das cidades? Quais os seus elementos essenciais no caso das aglomerações urbanas brasileiras de pequenas e médias dimensões?

Em primeiro lugar, a plinificação é um esfôrço sistemático de racionalidade que procura minimizar a componente emocional das decisões de interêsse coletivo.

Como tal, já o dissemos acima, é um processo contínuo de sistematização dessas decisões. Na realidade é um aspecto essencial do processo político. "Governar é escolher", escreveu certa vez Mendes France e a planificação é nada mais que a racionalização dessas escolhas ou decisões. Quais são, pois, as decisões a sistematizar no processo de crescimento e evolução das cidades e em especial das pequenas e médias aglomerações urbanas brasileiras?

As cidades se compõem de órgãos ou elementos materiais que têm como objetivo preencher no espaço urbano quatro funções elementares: habitação, trabalho, recreação do corpo e do espírito e circulação. Fundamentalmente as decisões a disciplinar e coordenar pelo planejamento dizem respeito à localização, ao dimensionamento e ao equipamento dêsses órgãos. Escolher, portanto, a posição mais favorável de cada elemento urbano, determinar-lhe as dimensões adequadas e dotá-las do equipamento funcional indicado pela melhor tecnologia corrente ,são os três aspectos essenciais do planejamento físico das cidades.

Essencial também, dado o conceito do planejamento como um processo contínuo, é que essa localização, êsse dimensionamento e êsse equipamento se façam numa perspectiva dinâmica da cidade que é uma realidade viva em constante evolução exigindo uma visão progressiva de suas necessidades de espaço e de seus problemas topológicos e funcionais, o que significa a projeção no futuro dessas necessidades e problemas.

Os elementos materiais da cidade ocupam espaços naturais ou construídos — espaços livres ou edificações — sob a forma de prédios, vias públicas, espaços verdes de vegetação, equipamentos, obras especiais, cada um com seus problemas específicos de ordem técnica e funcional.

A subdivisão do espaço urbano com a destinação funcional adequada de cada uma das parcelas começa por um problema a duas dimensões referente à ocupação da superfície livre do solo urbano se completa tridimensionalmente ao considerar a utilização em altura do espaço definido e (embora ilimitado) disponível para o uso sôbre cada figura marcada na superfície do solo.

Poder-se-ia falar de uma quarta dimensão do planejamento físico ao se fixar o uso a ser atribuído a cada porção do espaço tridimesional delimitado na operação anterior e assim concluir a partilha do meio urbano entre as funções elementares que nêle devem desempenhar os órgãos e elementos da cidade.

E' quase evidente que a planificação urbana exige o conhecimento prévio da realidade existente na cidade, pois não se compreenderia propor-se a distribuição espacial de uma realidade complexa como a cidade sem o seu conhecimento detalhado e tão exato quanto possível. Assim a idéia de planificação supõe a base de uma pesquisa prévia profunda e ampla, capaz de deixar completamente caracterizados os fenômenos que, desenrolando-se no meio urbano, interessam à organização do espaço da cidade. Alguns dos dados necessários são habitualmente colhidos por entidades públicas ou privadas tais como o IBGE, os Institutos de Previdência, as repartições arrecadadoras ou técnicas do próprio Município, do Estado e da União Federal, pelas emprêsas industriais bem organizadas. Outros dêsses elementos foram já objeto de estudos escritos anteriormente por intelectuais que tiveram algum dia suas vistas voltadas para os respectivos problemas e agora constituem às vêzes um fonte preciosa de informações. Outros, finalmente, dêsses dados de base, interessam sòmente ao planejamento e terão de ser colhidos diretamente num trabalho de investigação pessoal, seja num levantamento exaustivo, seja pela aplicação de uma amostragem judiciosa. Um esquema geral dessa pesquisa urbanística, essencial sob todos os seus aspectos — a de caráter monográfico e bibliográfico é aquela realizada no campo através de medições diretas, de inquéritos ou de entrevistas — pode ser indicado, para o caso das pequenas e médias cidades de áreas subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, como o Brasil. Trata-se, na verdade, de um reconhecimento da realidade urbana a ser completado por estudos mais aprofundados em tôdas as direções específicas que o planejamento vier depois a exigir.

Sob a forma esquemática poder-se-ia propor o seguinte roteiro para o estudo das cidades do porte a que nos estamos referindo: as pequenas e médias cidades brasileiras.

ROTEIRO DE PESQUISA URBANA

I) Aspectos físicos

1 — Observar atentamente e anotar (de preferência sob forma cartográfica).

1.1. — Geografia local: a) terrenos planos; b) declives gerais; c) correntes e depósitos superficiais de água; d) vegetação cerrada; e) ventos dominantes; f) insolação; g) temperaturas durante o ano; h) chuvas durante o ano;

1.2. — Uso atual do espaço: a) áreas residenciais; b) áreas comerciais; c) áreas industriais; d) áreas agrícolas; e) áreas de uso público; f) terrenos vagos; g) terrenos inacessíveis ou de uso difícil.



2 — Analisar detalhadamente.

2.1. — A população: a) número de habitantes (atual e em épocas passadas); b) grupos marginais; c) tendências de crescimento demográfico.

2.2. — A habitação: a) por categorias gerais de habitantes e de tipos construtivos; b) congestionamentos residenciais comerciais e industrias; c) áreas rarefetas e áreas em rápida expansão atual; d) áreas em decadência.

2.3. — A circulação: a) rêde geral de transportes urbanos; b) rêde geral externa à cidade; c) terminais; d) áreas de parqueamento de veículos; e) problemas locais de congestão.

II) **Análise de comunidade urbana trabalhadora.**

3 — Observar e anotar.

3.1. — Trabalho industrial: a) número de trabalhadores; b) espécies e contingentes de emprêgos; c) produção em espécie e valor.

3.2. — Outras espécies de trabalho: a) tipos de emprêgo; b) contingentes de empregados; c) níveis salariais.

4 — Analisar.

4.1. — O subemprêgo e o desemprêgo aparente e disfarçado.

4.2. — Alterações estruturais em marcha.

III) **Níveis gerais de vida.**

5 — Observar.

5.1. — Instituições principais: a) escolas: b) hospitais; c) bibliotecas e museus; d) parques e jardins; e) igrejas.

5.2. — Organização da comunidade: a) serviços sociais e sociedades beneficientes; b) associações de bairro; c) clubes esportivos e recreativos.

5.4. — Personalidade urbana: a) tradições locais; b) aspirações populares; c) espirito de comunidade.

5.3. — Govêrno Municipal: a) serviços executivos; b) politica local; c) conexões administrativas com o Estado e a União.

IV) **Recursos para o planejamento.**

6 — Observar.

6.1. — Documentário: a) mapas; b) planos e projetos anteriores; c) estatisticas; d) monografias, livros, jornais e outros periódicos.

7 — Analisar.

7.1. — Recursos econômico-financeiros: a) orçamentos municipais; b) programas de obras estaduais e federais na área; c) atividade econômica da região; d) capacidade tributária.

7.2. — Recursos politicos: a) mobilização do espirito público; b) organizações existentes.

4 — O PLANO DIRETOR EM SEUS ELEMENTOS ESSENCIAIS

Cabe ao plano-diretor urbano, como instrumento de disciplina do uso do espaço urbano e de seu desenvolvimento harmonioso, conter explicitamente os objetivos, princípios e normas que lhe servem de base e o tornam efetivo e eficaz.

De um modo especial no caso das cidades pequenas e médias, êsses três fundamentos do plano-diretor devem ser explicitados porque nas cidades dêsse porte, êles podem parecer vagos e distantes a uma população pouco esclarecida, mesmo às suas camadas mais responsáveis, de vez que os mais agudos problemas urbanos nelas ainda não assumiram aquêle tom insuportável com que se apresentam nas cidades maiores.

Para umas e outras o plano-diretor fixa como objetivos essenciais proporcionar localização, dimensões e equipamento funcional adequados aos espaços e órgãos que preencherão as quatro funções urbanas elementares: habitar, trabalhar, recrear o corpo e o espírito, circular — organizando a cidade para minimizar, agora e no futuro, os atritos e choques entre os grupos sociais urbanos.

Os princípios a adotar no planejamento urbano se podem classificar em três (3) categorias: os básicos, os normativos e os técnicos.

Os primeiros são os pressupostos da igualdades de direitos de todos os grupos urbanos ao bem-estar material e à ascenção espiritual dos seus componentes; do direito à participação de todos os cidadãos nas decisões de interêsse coletivo; e a crença na capacidade da ciência e da técnica de promover, se bem utilizadas, o bem comum.

Os princípios normativos incluem a colocação dos problemas econômicos na infra-estrutura do planejamento físico; a consciência do caráter probabilista das previsões que lastreiam o plano e o princípio da progressividade da adequação dos meios aos objetivos finais.

Quanto aos princípios técnicos, dizem respeito à necessidade do controle da densidade demográfica na área urbana, do zoneamento do uso do espaço, da reserva de espaço e das restrições de uso, e da hierarquização das vias de circulação.

Dêsses princípios resultam as normas gerais de aplicação do plano-diretor que são as normas de ocupação, as de utilização e as de construção, através das quais se asseguram os objetivos visados.

As primeiras definem as relações numéricas entre as áreas construidas e as areas de terreno, e entre aquelas e as áreas livres, disponíveis; as segundas especificam os usos permitidos, proibidos ou tolerados em cada setor da area urbana e dão as regras sobre aeração, iluminação natural, superfícies mínimas e formas das edificações, as reservas obrigatórias de espaço circulatório e as regras de parcelamento dos terrenos.

As últimas dão condições técnicas mínimas de segurança da estabilidade das obras e do funcionamento dos equipamentos mecânicos, elétricos, sanitários, etc.

Finalmente, no que tange aos seus elementos componentes, o plano-diretor essencial para as cidades pequenas e médias, além de uma memória justificativa na qual a pesquisa prévia seja apresentada e analisada resultando dela conclusões formuladas explicitamente sob a forma de hipótese de trabalho do plano-diretor, deve este compreender necessariamente os seguintes elementos:

a) um conjunto de desenhos técnicos que definem
   1 — os zoneamentos de uso e de densidades;
   2 — o sistema viário (circulação urbana e interurbana);
   3 — a sistematização dos espaços livres de recreação, de reserva e de separação física;
   4 — a localização e pré-dimensionamento dos serviços públicos.

b) uma programação de obras públicas com um esquema de funcionamento.
   1 — Ampliação de serviços existentes;
   2 — abertura de vias e espaços livres;
   3 — solução de problemas locais específicos.

c) uma legislação.
   1 — Institucionalizando as normas;
   2 — regulando as mudanças de uso dos edifícios e terrenos;
   3 — regulando o parcelamento da terra;
   4 — regulando a ocupação do espaço e as construções;
   5 — aprovando o plano-diretor e determinando as condições de sua revisão periódica.

Êsse conjunto de documentos legais e técnicos, uma vez proposto após os necessários estudos, debatido com o povo em suas associações de classe ou de bairro e aprovado pelos podêres públicos, constitui um instrumento de trabalho do govêrno municipal a ser utilizado por um órgão técnico encarregado de sua aplicação sob a vigilância de uma comissão consultiva de que participem efetivamente as mais expressivas e ativas daquelas associações. Como instrumento de trabalho o plano-diretor assim concebido e estruturado pode proporcionar ao govêrno das cidades brasileiras pequenas e médias os meios adequados a assegurar o seu crescimento naquelas condições de equilíbrio e harmonia que constituem, dos pontos de vista funcional e orgânico, a forma natural e sadia de seu crescimento e desenvolvimento.



Palacete Bolonha

ASPECTOS DO ART NOVEAU NO PARÁ

Luiz de Miranda Corrêa

Passando em revista, a vôo de pássaro, os diversos estilos que orientaram as construções na Amazônia, e em particular no Pará, em diferentes épocas, encontramos, exceção feita para as moradias luso-brasileiras, uma total falta de preocupação com o clima da região.

O selvagem em seu estado primitivo, tal como foi encontrado pelos descobridores e primeiros colonizadores, se achava em plena época neolítica, no máximo na mesolítica, utilizando palafitas ou choças de barro cobertas de fôlhas ou ramos de palmeira, sem maiores preocupações que o abrigo da chuva, das inundações, dos animais da floresta. Até hoje as populações mais atrasadas ou de menor poder aquisitivo, continuam a usar o mesmo tipo de moradia. A própria madeira encontrada em grande quantidade só foi empregada regularmente quando os europeus se estabeleceram no vale. As casas, igrejas e mesmo os fortes, usaram madeiras da floresta como material de construção. Muitos anos teriam que passar até que os primeiros fortes de pedra fôssem construídos. E o foram em tão pequeno número que poucos chegaram aos nossos dias.

A construção luso-brasileira se bem que importando o traço e a maior parte do material de construção, foi adaptada às necessidades da região. Usava-se alvenaria, pedras, liós, azulejos, e outros materiais vindos da Europa, mas as habitações eram amplas, arejadas, simples como decoração. Não sabemos até que ponto portuguêses e brasileiros agiram intuitivamente. Não podemos afirmar que a consideração do clima, com seus índices de umidade ,seu regime de ventos, e incidência solar eram preocupação constante nos planejamentos. E' interessante, entretanto, salientar que o português era o povo europeu mais atualizado em matéria de construção tropical, por seus contactos com a Africa e a Asia. A própria arquitetura portuguêsa se encontrava cheia de africanismos e chinesismos. Alpendres, persianas, pátios, azulejos, tipos de telhas, são aspectos da influência moura, indú e chinesa nas construções portuguêsas.

A moradia amazônica, a nosso ver, deve ser simples, leve, refratária ao calor e resistente à umidade. São problemas técnicos e estéticos aguardando solução. As construções luso-brasileiras se não eram leves pelo menos atendiam às condições de simplicidade, resistência ao calor e à umidade indicada pela região. Não é demais repetir que a arquitetura ibérica já era, na Europa, a mais tropical. A portuguêsa ainda se encontrava mais predisposta a se prolongar no trópico americano pelos contactos africanos e asiáticos. Nas casas dos engenhos e fazendas do Pará, como nas casas grandes do nordeste, é visível a adaptação dos traços às necessidades da vida e do clima. Até hoje, quando nos encontramos nos raros ambientes coloniais, ou nas residências, igrejas, conventos ou palácios do período imperial já influenciados pelo neo-classicismo europeu, ou mesmo em construções mais recentes, mas que seguem os princípios luso-brasileiros de edificação nos trópicos, ignoramos o calor e a umidade da Amazônia.

Foi sem dúvida a burguesia enriquecida pela borracha a responsável pela iniciação na região amazônica, de Belém e de Manaus, do estilo mais contra indicado às suas peculiaridades. O "art-nouveau" alcançou Belém durante a euforia do monopólio amazônico da borracha. Paraenses de volta das férias na Europa, ou mesmo de longas temporadas, traziam consigo o espírito do nôvo estilo cuja decoração se inspirava em fôlhas, plantas e formas animais. A ornamentação calcada nêsses motivos não era, entretanto, novidade, pois certos povos mais antigos já tinham se utilizado delas como motivação. Mesmo na Europa o rendilhado gótico exibe, muitas vêzes, motivos florais. No rococó e principalmente no barrôco essas motivações são en-

contradas. Neste último, rosáceas, palmas, cachos de uva, fôlhas de parreira, ramos de trigo, figuras de pelicano são comuns. Diferiam, entretanto, na estilização e na técnica de representação.

O "art-nouveau" originário dos Estados Unidos ("Louis Sullivan's Auditorium Building" em Chicago), e da Bélgica, na casa de Victor Horta, construida em 1893, porto de Bruxelas, passou a estilizar a flora, e às vêzes a faúna, de uma maneira mais linear, simbolista, se bem que maneirosa, se aproximando, possivelmente do desenho decorativo do Egito antigo, apesar de que, em algumas fachadas, o excesso de formas nos lembre um barroco simplificado e de mau gôsto. Melhor dizendo, o "art-nouveau" nasceu de um ressurgimento romântico, baseado todo êle em um plano ritmado, e caracterizado em formas e ornamentos sinuosos. Seus grandes arquitetos na Europa foram, sem dúvida, Aubrey Beardsley, Charles Mackintesh, Emile Gallé e Hector Guinard.

Hoje considerado "mauvaise époque", o "art nouveau" foi grandemente difundido na Europa, principalmente na Bélgica, França, Espanha e Alemanha. Não possuia regras estritas e nas fachadas os frontões e coberturas usaram mansardas ou balcões decorados à sua maneira. Um dos marcos dêste estilo no continente europeu é a Igreja da Sagrada Família em Barcelona, trabalho de Antonio Gandi, verdadeiro monumento às formas retorcidas, quase torturadas, resultando num romantismo artificial nada agradável à sensiiblidade.

Em Paris os edifícios e residências construidos nos fins do século passado e inicios do século atual, trazem a marca do "art-nouveau", sem entretanto atingir os excessos alemães, e espanhois. Mas, em algumas estações de "Metrô", em certos cafés, e mesmo em edifícios, os excessos das formas sinuosas estão presentes.

O "art-nouveau" não era de todo contra-indicado ao continente europeu, desde que seu risco substituia os grandes salões usados até aquela época, herança dos dias do Império, por pequenos ambientes. Da mesma maneira que os arquitetos de Luiz XV diminuiram os imensos ambientes, não só por uma ânsia de afirmação, mas também p r e m i d o s pelo encarecimento da construção, os arquitetos e construtores do inicio do século, por representarem, talvez, os interêsses de uma burguesia comercial e industrial interessada na especulação de imóveis, t i v e r a m em mente a diminuição das salas, não só por esta mesma especulação, mas também pela falta de espaço em cidades que começavam a ser super-povoadas, bem como pelas novas concepções de confôrto, que previam ambientes aquecidos ao máximo na estação invernosa.

As novas casas, vilas, agrupamento de casas de aluguel, palacetes ou edifícios de apartamento, passaram a ser divididos em pequenos compartimentos, poupando espaço, tornando as moradias menos faustosas e de mais fácil aquecimento. De uma certa maneira nos parece uma vitória, na arquitetura, da revolução burguêsa. E a decoração das novas construções foi buscar na natureza suas fontes de inspiração. Grades, ladrilhos, ornamentos externos e internos, móveis, pratarias, louças e cristais apresentam fôlhas, flôres, frutos, estilizados sinuosamente, como tema principal.

Na Europa se aceita, comumente, a procedência inglêsa dos desenhos de louças, cristais, ladrilhos, grades e principalmente de pratas, na linha do "art-nouveau". Aliás, em Belém do Pará, a maioria dos ladrilhos, gradis de ferro, louças e pratas "art-nouveau" são de procedência britânica, sendo algumas, entretanto, de origem francesa. Os belos gradis de ferro da Caixa d'Água vieram de Londres, e de lá também devem ter vindo as grades do palacete Bolonha, e, quem sabe, as do palacete Pinho, apesar de que neste último els não se apresentam tão "art-nouveau" quanto as do primeiro.

No Pará, o engenheiro Francisco Bolonha foi a grande figura do "art-nouveau". Construtor ativo, politico, homem de largos recursos e de vida social intensa, deixou seu nome ligado ao da cidade. Seu importante palacete é o exemplo mais citado dêsse estilo em Belém. É, sem dúvida, a edificação mais sinuosa e rebuscada, com varandas, escadarias e gradis de ferro estilizando curvas. Ignoramos se o traço é de sua autoria ou se, apenas, é o responsável pela construção. O Mercado de Ferro, nas imediações do Ver-O-Pêso, também construído por Francisco Bolonha, é marcadamente "art-nouceau", como também o é a grande vila de casas de aluguel que leva seu nome, apesar de menos rebuscada. Muitas outras construções particulares levam a marca do engenheiro Bolonha.

Grande é o número de vilas, palacetes ou casas menos importantes construídas em Belém dentro dêsse estilo. Até 1930, as raizes do "art-nouveau" são encontradas nas edificações belenenses. E' bem verdade que hoje em dia o número de construções não parece tão grande, pois com a mudança do gôsto da população, sucessivas reformas desfiguraram as fachadas.

O problema da divisão interna das construções permanece, até hoje. A sub-divisão dos grandes aposentos dificultou a circulação e facilitou a ação da umidade. O que, de uma certa maneira, era benéfico na Europa, no Pará era prejudicial. Nos palacetes e grandes vilas, o pé-direito alto até certo ponto diminuia o problema. Mas, nas casas médias, tornava-se agudo.

Belém teve a sorte de já ter construido seus edifícios governamentais antes do fim do século passado. O palácio do Govêrno, obra do arquiteto italiano Antônio Landi é neo-clássico e foi construido no século XVIII. A Prefeitura, antigo Paço Municipal, teve sua construção iniciada em 1860 e sua raizes se encontram na Missão Francesa. E' também neo-clássico, mas de um neo-classissismo mais autêntico que o do Palácio do Govêrno, pois Landi sofria influência do barroco português. A belissima igreja barroca de Santo Alexandre vem dos dias coloniais. E no século XVIII foram construídas as igrejas de Sant'Ana, Rosário, Mercês, Carmo, da Sé, e as capelas de São João de Santo Antônio, da Ordem Terceira, do Carmo, em sua maioria obras de Antônio Landi. O próprio Teatro da Paz, que tem sido acusado imprôpriametne de novo-rico e classificado como "art-nouveau", foi inaugurado em 1874, e apesar da reforma realizada já neste século, mantém seu aspecto clássico, lembrando sua fachada, a do teatro Santa Izabel no Recife. Sòmente a Residência Governamental, belo palacete construído na época da borracha, tem parentesco com o "art-nouveau", e assim mesmo um parentesco distante que se denuncia em esquadrias, beirais de chumbo trabalhado gradis de ferro e divisões internas.

Já na arquitetura comercial o "art-nouveau" fêz carreira mais acentuada. Quase todos os grandes edifícios comerciais dos dias do ouro negro são fiéis ao "art-nouveau", como êle era interpretado na França. Prédios como o Grande-Hotel, como a loja "Pater sido transportados da Paris de 1900, para a região amazônica. No Rio de Janeiro a praia de Ipanema e a avenida Atlântica estavam cheias de palacetes e casas "art-nouveau". Na avenida Rio Branco era fácil encontrar edifícios nêsses estilo. E com freqüência um "art-nouveau" carregado de orientalismos, com ladrilhos douris n'América" entre outros, parecem rados ou com desenhos exóticos. Belém como sua visinha Manaus, não podia fugir à regra geral. Além do mais a riqueza fácil acumulada por homens rudes e incultos, favorecia o nôvo estilo pelo que êle representava de luxo, de ostentação, de rebuscamento.

Até hoje encontramos com grande facilidade, em Belém e em Manaus, pratas de várias procedências, especialmente inglêsas, cristais franceses, belgas e alemães, lustres de Paris e de Veneza, inteiramente sinuosos, retorcidos, com formas animais e vegetais. Mesmo nos móveis encontramos o sinuoso, o animal, o vegetal do "art-nouveau"". Imensas cristaleiras, decoradas com tiras de madeira, formando flôres ou ramos, faziam conjunto com aparadores enfeitados de compoteiras, fruteiras, e outras peças ornamentais, em que as pratas e os cristais ou os metais prateados de "Shemield" se combinam com formas femininas ou com motivos florais. Também são fàcilmente encontrados os jarros de louças da Áustria, decorados com flôres estilizadas, animais selvagens, ou mulheres despidas.

O "art-nouveau" marcou decisivamente Belém. E juntamente com o neo-clássico introduzido por Antônio Landi, com as construções coloniais e com surto de edificações modernas, empresta a Belém uma aparência rica, diversificada e cosmopolita. O "art-nouveau" é, assim, parte importante da arquitetura belenense.

A ARQUITETURA E O DESENHO INDUSTRIAL - II

Arq. Flávio Marinho Rego

Em artigo anterior (ARQUITETURA N.º 21) ressaltamos a necessidade dos arquitetos participarem ativamente nas pesquisas e autoria de **desenho industrial**. Demos ênfase especial à sua vinculação ao desenho para a indústria de construções e todo o complexo industrial ligado à arquitetura. Queremos deixar claro que não é nosso pensamento defender a fuga dos arquitetos para a profissão de desenhista industrial. .(Poderá realmente haver essa classificação?) Evidentemente o caráter polimorfo da profissão de arquiteto o possibilitaria, dependendo de sua imaginação e determinação, a se exercer no campo do desenho industrial em geral, (nos países já industrializados temos vários exemplos significativos). Entretanto o que nós queremos evidenciar é a necessidade do arquiteto de para bem exercer a sua profissão, se vincular estreitamente àquela faixa de industrialização que se realiza ligada à sua profissão. Aliás é comum o arquiteto dela participar sem se aperceber disso e ao invés de oferecer à indústria uma pesquisa madura e conscientemente dirigida, contribuir involuntàriamente, achando que o desenho que êle fêz especialmente para a sua obra, será apenas nela utilizado e a característica unitária que êle carrega não se repetirá.

Ora, a nossa indústria na fase improvisadora e embrionária em que se encontra, lança mão de todos os recursos lícitos ou ilícitos, como improvisações, cópias grosseiras e adaptações primárias de produtos e desenhos. O que importa é vender — e o consumo geral maior que as produções dão saída a qualquer coisa. Aquela pesquisa de caráter artesanal, feita com intenção unitária, a preço de unidade e para obra única, às vêzes após impro-

[illegible] adaptação realizadas [illegible] pelo interêsse empresarial em geral imediato e a possibilidade de produção em uma série pequena e limitada a cargo de produtor, quase sempre em pequena escala pois ao que parece o produto da arquitetura pela sua qualidade

[illegible] arquiteto [illegible] desenho industrial em [illegible] mercado [illegible] pois [illegible] conhecido e [illegible] recomendado, sem [illegible] contratado com poderia dali [illegible] que é [illegible] contribuindo [illegible] verdade para o aperfeiçoamento [illegible] produção. O uso [illegible] mercado de material de construção [illegible] apresenta atualmente uma boa quantidade de produtos industrializados [illegible] em geral industrializados, que muitas vezes desconhecidos para a produção industrial. Não quase todos [illegible] cuidado de adaptações [illegible] desde a folha originalmente com sentido artesanal e em seguida quase sempre sem o conhecimento dos autores produzidos [illegible] em série, sem as vantagens [illegible] vantajosas da produção industrial. Esses produtos são em geral um [illegible] que perderam o requinte e a qualidade humana da produção artesanal e não ganharam a superioridade e [illegible] preço e a perfeição do produto industrial.

Marchamos para um industrialização total. Cada vez um número maior de coisas feitas a mão cederam para a fatura da máquina. Cabe ao desenhista industrial hoje [illegible] reformular e criações novas. No seio da arquitetura, muito do industrializado é resultado do artesanal existente. Além de se aparelhar culturalmente [illegible] especialmente para o desenho especialmente [illegible] para a indústria, deve o arquiteto ter sempre em mente que o seu trabalho pode ter uma destinação diferente da que foi concebido. Sabendo que é muitas vêzes do seu debate ou solução que irá ser tirado a matrícula ou cópia para a produção em massa. Já deve o arquiteto contar com essa possibilidade e se aparelhar para ela. Dominando o campo do desenho industrial êle poderia produzir se não com essa destinação específica ao menos contando com a uma possibilidade. Mesmo que um determinado desenho ou concepção [illegible] venha por condições particulares de ter uma aplicação militar. Êle já perderia [illegible] a possibilidade de uma boa adaptação industrial [illegible] colocando-se na posição de um profissional capaz de colaborar no fato industrial. Criou o arquiteto brasileiro [illegible] por sua autonomia cultural [illegible] para a sua classe uma nova frente de trabalho e protegendo a sua profissão dos impropérios [illegible] naturais para a coletividade. Ao invés de se ater de detalhar se visualizar a uma técnica e hábitos artesanais cada vez mais mergulhados no passado, devêramos nós, arquitetos, ter sempre em vista a nova técnica industrial [illegible] existe hoje e condicionar nossos hábitos de trabalho definitivamente a técnica e a nova era. No Brasil, país em desenvolvimento, ainda [illegible] encontramos sobre a ponta de passagem entre as duas épocas. Na [illegible] técnica de construção, inclusive [illegible] permanece no passado quase colonial, apesar de marchamos velozmente para a industrialização total.

Partimos que entramos na região de abandono aos caudais [illegible] velho hábito e participar com firmeza dos grandes pesquisas atuais, tendendo ao que é sentido diferente de trabalho. A tomada de posição na direção indicada por nós arquitetos é que nos possibilitará colaborarmos com o que se realiza inteligentemente com ou sem a nossa participação. Infelizmente já adquirimos o hábito e fizemos [illegible] quando começamos ter à nossa disposição [illegible] aqui ou não, os produtos industriais já prontos e resolvidos por outros.

Nosso orgulho e vontade de perfeição por ainda não chegou ao ponto de abdicarmos [illegible] facilidade do pensamento alheio [illegible] nos cada vez. Para termos autonomia cultural e termos a participarmos realmente de grandes pesquisas modernas, também devemos dar a nossa contribuição sob pena de não conseguirmos firmar para o futuro as nossas características e tradição. Por ausência cria-dora estamos em falso cultural e econômicamente.

O trabalho de arquiteto com **intenção** ao fato industrial em nada altera a sua possibilidade criadora. Não representa sequer qualquer modificação dizemos, na sua rotina particular de trabalho. Essa **intenção** é uma motivação representada pelo seu alvo cultural em relação ao mundo em que êle vive.

A simples atualização de conhecimentos, preocupação e sintonia com a época de sua época, lhe permitirá uma atitude dinâmica inconsciente capaz de gerar a idéia adequada no momento preciso. O que há diferenciar o trabalho do Arquiteto do trabalho do Desenhista Industrial seria, digamos, uma **intenção arquitetônica** que deve existir em tudo o que o arquiteto fizer. Consciente ou inconsciente, ela é o fato que distingue a arquitetura obra de criação da mera construção. É o elemento dinâmico que vai conduzindo para a construção e dando coerência, à técnica adequada à sensibilidade devidamente situada, ao sentimento social [illegible], finalmente, à todos os ingredientes que serão capazes através da arquitetura de caracterizar determinada civilização em sua época.

Se a indústria perdeu para a arquitetura, chegando às vêzes a se misturar com ela aquela **intenção** deve estar sempre presente nos produtos destinados à construção para que êles adquiram verdade arquitetônica. Se os tempos atuais não mais permitem a ação direta do arquiteto em tudo o que êle irá utilizar na construção e como no passado produzir uma obra individual artesanal, sua contribuição deverá, portanto, ao menos em **intenção**, estar presente em todos os produtos industriais utilizados pela arquitetura.

O benefício recebido pela coletividade será o mesmo hoje como no passado — o melhor das possibilidades e refletirá realmente as possibilidades da época. Terá havido apenas uma transferência de **Individualismo para Coletivismo**.

Mas não será essa transferência a característica básica de nossos tempos?

Planejamento e contrôle da produção

Alberto Vieira de Azevedo

Arquiteto, Eng. Industrial, Técnico em Organização de Emprêsas Diplomado pelo G.E.P.I., Diret. Industrial da Oca, Arq. Int. S.A.

I — INTRODUÇÃO

Todo e qualquer planejamento e contrôle da produção apresenta suas características próprias, dentro dos seus diferentes métodos. Os dois métodos tomados por base são o "Stock Level Control" (Contrôle de limite de Estoque) o "Schedule Control" (Contrôle de Programação). O primeiro procura manter o estoque em determinado limite, tanto para disponibilidade, como para processamento. Tal tipo de planejamento é mais corretamente aplicado às Indústrias de Seqüência Continua. O outro método tem por objetivo especificar uma certa quota e produzir um certo produto dentro de um tempo determinado. Tal tipo de planejamento é aconselhável para as Indústrias Intermitentes.

Embora os métodos adotem operações distintas não deixam de ser um conjunto de técnicas e processos com a finalidade de garantir "o fornecimento do produto desejado, no tempo previsto e ao custo estimado".

II — O QUE E' O P.C.P..

As funções básicas do P.C.P. (Planejamento e Contrôle da Produção), são assim distribuidas:

1 — Previsão de vendas

3 — Autorização para produzir

2 — Métodos

4 — Programação detalhada

5 — Movimentação e acompanhamento

6 — Contrôle de estoque

Uma das tarefas mais ingratas é a previsão de vendas. Tal tarefa, as vêzes, pertence ao DEPARTAMENTO DE VENDAS, que se incumbe de fazer as estimativas o mais correto possível. Em caso de dificuldades para se obter uma previsão correta, uma previsão aproximada serve. Nenhuma previsão é desabonadora.

Não só as firmas que trabalham para estoque dependem de estimativa. Também as que trabalham sob encomenda necessitam de uma estimativa a fim de se prevenirem através de estoques de matéria primas e fabricação para estoque, de produtos mais vendáveis.

Quanto a métodos, processo de fabricação dos produtos, função primordial do P.C.P., às vêzes é atribuida ao DEPARTAMENTO TÉCNICO da fábrica. Os delineadores devem dominar os conhecimentos de plantas, especificações, processos de fabricação e condições e possibilidades das oficinas. Por outro lado os delineadores devem ter em mente o "Caminho mais Econômico" para a fabricação dos produtos. Portanto recorrem ao estudo dos tempos e movimentos e às técnicas da simplificação do trabalho.

O delineamento é apresentado aos demais departamentos através dos "fluxogramas de montagem" (documento individual, orientando a fabricação de cada componente do produto acabado).

Com a autorização para produzir vem a programação detalhada determinando as datas em que as diversas operações industriais devem ser executadas. Porém isso não é tudo. Deve o programador informar também qual a máquina (ou máquinas) que executará a operação, o dia e talvez hora de seu início e até quando a máquina estará ocupada.

Umas ordens de fabricação exigem entregas em datas definidas, outras já são menos rígidas nêste aspecto. De qualquer maneira tais datas precisam ser de cumprimentos possíveis, baseadas nas disponibilidades de mão de obra, ferramentas, máquinas, etc., não devendo nunca ser determinada a critério de Departamento de Vendas.

A movimentação e o seu conseqüente acompanhamento correm por conta de uma seção especializada que atua dentro das oficinas, cabendo-lhe as seguintes tarefas:

1 — Movimento de materiais para os locais pré-determinados

2 — Movimento das ferramentas necessárias a cada operação

3 — Autorização para o início dos trabalhos

4 — Registro das horas de início e término de cada operação

5 — Determinação da quantidade produzida

6 — Transferência do material em processamento de uma seção para outra e da última para o estoque.

O acompanhamento é necessário ao planejamento, pois a verificação sistemática do andamento da produção permite ao planejador verificar os defeitos possíveis de ocorrerem e suas causas, evitando assim que êles se tornem desastrosos.

O Planejamento e Contrôle da Produção é um órgão pensador, estatístico, que trabalha para o gerente ou Superintendente da fábrica.

III — INFLUÊNCIA DO P.C.P. NA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

Teòricamente o planejamento e contrôle da produção não influencia na capacidade de produção, pois esta é baseada na situação física (capacidade produtiva das máquinas, número de empregados, etc.). Na prática, entretanto, êle quase sempre aumenta a capacidade de produção eliminando os perdas de tempo inúteis, as paralizações das máquinas, os engarrafamentos que precisam ser evitados, criando desta maneira a sincronização entre os processos e as operações, evitando a confusão geral. A melhoria é grande onde nunca houve um planejamento e, razoável, se o planejamento existente era inadequado. De qualquer maneira o planejamento requer dados e pesquisas prolongadas pois a eficiência da previsão é função do exame ou pesquisa do estado atual e dos processos de previsão adotados.

IV — TESTE DE PRODUTIVIDADE

O rendimento de capital investido em indústria varia bastante de fábrica para fábrica, conforme o grau de produtividade de cada uma, não importando serem os demais fatôres iguais ou não.

Por essa razão, todo industrial progressista tenta por todos os meios aumentar a produtividade de sua organização. Freqüentemente em dois itens importantíssimos:

1 — Qual o grau de produtividade presente da emprêsa?

2 — Como identificar os fatôres que lhe tolhem o desenvolvimento?

Para isso surgiram "Teste de Produtividade" com a finalidade de determinar ràpidamente um índice relativo de produtividade, através de uma análise de seus elementos principais, apontando com segurança as falhas da organização. Um dêles, o "Teste de Produtividade Fontenelle", de Virgílio Fontenelle, resume os requesitos necessários para um elevado rendimento industrial. A razão de haver citado êsse teste é, simplesmente, pelo fato de ser o meu mais familiar. Ele não dispensa a colaboração, é claro, de um técnico especializado no caso de um levantamento detalhado, seguido de um plano de reorganização. Começando por analisar a boa ou má aplicação do Investimento, segue analisando o Pessoal, o Planejamento pròpriamento dito, a Operação, terminando com a análise de Contrôle.

Um sistema criterioso de planejamento e contrôle de produção diminuirá o valor do material em processamento, reduzirá perdas devidas a sobras e desarranjos de máquinas, reduzirá as emergências, aumentará a produção e ajudará a gerência ou superintendência a bem administrar.

Pode parecer que êste trabalho careça de gráficos e tabelas tão comuns aos problemas de Planejamento e Contrôle da Produção entretanto, por se tratar apenas de um relatório, resolvi suprimir pràticamente tôdas as definições, gráficos e tabelas desnecessários a um trabalho dessa natureza.

Bibliografia comentada sobre planejamento urbano

Objetivo da Bibliografia

O programa da Universidade da Califórnia sôbre **Planejamento Urbano na América Latina** é um programa de investigação e intercâmbio acadêmico no campo do planejamento aplicado essencialmente às áreas Urbanas na América Latina. O tema inclui problemas do crescimento urbano, organização para o planejamento, métodos de preparar e levar a efeito os planos urbanísticos e ensino do planejamento. Focaliza a América Latina em geral, e determinados países do continente.

Como parte dêste programa, foi elaborada uma série bibliográfica e êste primeiro trabalho, que trata exclusivamente do planejamento urbano na América do Sul considerada como um todo, será seguido de outros, tais como um sôbre o planejamento urbano no Chile e outro sôbre a planejamento urbano na Colômbia. Outras bibliografias contempladas tratam de trabalhos de autores latino-americanos sôbre planejamento urbano, publicações periódicas e fases do planejamento urbano. O objetivo principal da série bibliográfica é inventariar mais completamente do que se fêz até agora o importante material disponível no campo. Desejamos chamar a atenção para o alcance da informação disponível, para a insuficiência tanto das investigações como do que se escreveu até o momento sôbre o tema.

O segundo objetivo consiste em definir para a Universidade o campo de trabalho e estimular outras pessoas que estão trabalhando no tema a contribuir com indicações que podem ser desconhecidas para nós. Por esta razão, a bibliografia será sujeita a uma revisão no devido tempo.

Fontes — Seleção

As referências desta primeira bibliografia foram selecionadas preferencialmente entre os documentos recolhidos pelo autor em anos anteriores, atualmente arquivados na Universidade no Plano de Investigação sôbre Planejamento Urbano na América Latina. Agradecemos a remessa de nôvo material para essa coleção.

A base em que foi feita a seleção parecerá mais clara comparando os elementos incluídos e os não incluídos. Em primeiro lugar, a referência deveria tratar de planejamento urbano. Incluiria, por exemplo, o planejamento regional em nível metropolitano, mas excluiria em nível nacional ou como habitação ou equipamento, foram incluídos em base limitada e representativa devido a seu papel essencial, embora tenham sido considerados como tema para bibliografias especializadas posteriores e mais extensas. As referências de origem histórica foram igualmente reduzidas a um mínimo.

Em segundo lugar a referência deveria focalizar a América Latina em geral. Por isso, as publicações que tratam de áreas geográficas como um todo ou de um grupo considerável de países foram incluídas; em troca, aquelas que tratam de um só país não o foram.

Finalmente cuidou-se de incluir sòmente os documentos mais importantes, publicados seja em forma de livros, de artigos de revista, de notícias, de documentação, ou simplesmente mimiografados.

As anotações dão um breve resumo de cada trabalho. Os documentos que não estavam disponíveis ou não eram conhecidos pelo autor, é claro, não foram incluídos.

Algumas Conclusões Sôbre a Qualidade dos Documentos Disponíveis

Foi espantoso o crescimento urbano na América Latina nas últimas décadas passadas, e os problemas que daí emergiram, hoje enfrentados pelas cidades são enormes. A necessidade de conhecer os problemas e de focalizar melhor o planejamento urbano, geralmente aplicável às cidades latino-americanas, é urgente. Já que existe uma base cultural comum por trás das formas urbanas da maioria dos países, um conhecimento especializado da natureza de todo o problema e de suas partes é, ao mesmo tempo, essencial e possível.

No entanto, ao examinar o material disponível, encontramos muito poucos em dia e que se referissem a tôdas as fases do planejamento urbano, tais como os problemas básicos do uso da terra e a distribuição da população, a legislação para estruturar o planejamento, os sistemas de preparação de planos-diretores para orientar, em forma prática o crescimento urbano, a definição de medidas legais e financeiras para dar soluções aos problemas e à realização dos planos. Pelo menos num dos aspectos especializados do planejamento urbano há muito material disponível: em habitação. O planejamento urbano, como campo próprio, na América Latina está ainda por ser adequadamente documentado com estudos atualizados, a fim de servir de base para a solução dos crescentes problemas do crescimento urbano.

O Programa solicita, por fim, sugestões para o aperfeiçoamento da bibliografia, assim como sôbre material para outras bibliografias especializadas.

Agradecemos aqui a valiosa ajuda de Holway R. Jones Bibliotecário de Planejamento Urbano do Departamento de Planejaemnto Urbano e Regional, da Universidade da Califórnia, e as facilidades proporcionadas pelo Conselho Bibliotecário de Planejamento para a distribuição desta bibliografia.

BIBLIOGRAFIA

1. **Problemas de Urbanização na América Latina**
   Bazzanella, W., Rio de Janeiro, Brasil, Centro Latino-Americano de Investigações em Ciências Sociais, 1960, 123 pp.

   Bibliografia preparada para a UNESCO pelo Centro Latino-Americano. E' uma das mais completas em seu campo. Lista de publicações sôbre a América Latina como um todo e sôbre países.

2. **Conpilación Bibliográfica**
   Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento Jorge Arrigonet, Bogotá, Colômbia, outubro, 1958, 59 pp.

   Bibliografia sôbre habitação preparada pelo Centro Interamericano de Vivienda (CINVA) para os participantes do Seminário de Técnicos em Planejamento Urbano levado a efeito em Bogotá em outubro de 1958. O material está classificado em livros folhetos e artigos sôbre planejamento urbano, regional e metropolitano, planos-diretores, renovação urbana, programação, orçamento e financiamento do planejamento urbano, crescimento urbano e finalmente liderança em planejamento.

3. **Bibliografia Colombiana de Vivienda de Interés Social, Construción y Planeamiento, 1954-1958**

   Florén, Luis, Bogotá, Colômbia, Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento, 1959.
   a — Planeamiento urbano, pp. 94-98.
   b — Renovación urbana y planos reguladores, pp. 99-103.

   Bibliografia sôbre habitação, construção e planejamento urbano, também do Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento. Cobre a ampla gama de publicações do período 1954.1958 existentes na biblioteca do Centro. E é talvez a bibliografia mais completa sôbre habitação da América Latina.

4. **Bibliografia Preliminar de Vivienda y Planeamiento en América Latina**

   Mantilla Bazo, Victor, Washington, D.C., EE.UU., União Pan-americana, 1952, 112 pp.

   Bibliografia publicada pela União Pan-americana. E' a primeira no gênero, focalizando vinte países. Inclui uma breve descrição de cada trabalho. Ênfase: habitação.

REFERENCIAS GERAIS

5. **Pragramación Presupuestos**

   Alvarado, Carlos, Bogotá, Colômbia, CINVA, 1958 .
   Documento sôbre o Tema V, do Seminário de Técnicos em Planejamento Urbano. Trata da programação financeira e orçamentária como meio de realizar o Plano Geral Urbano.

6. **Concepto Del Proceso Del Planeamiento**
   Andrade Lieras, Gabriel, Bogotá, Colômbia, 1958, 7 pp. (mimeog.).
   Documento sôbre o Tema I, do Seminário de

Técnicos em Planejamento Urbano, delineando o processo do planejamento, em particular ao nível da administração municipal.

7. **Noções de Evolução Urbana nas Américas**

Boltshauser, João, (Universidade de Minas Gerais, Escola de Arquitetura), Belo Horizonte, Brasil, Edições Escola de Arquitetura.
2 Vol.; 1.ª parte, 1959, 2.ª parte, 1960.

O primeiro volume descreve o processo geral de urbanização da América, analisando, ainda, as funções urbanas, localização de cidades, modelos urbanos, administração e população. O segundo volume trata de cidades do Brasil, Argentina, Peru, México e Estados Unidos, e lhes analisa as formas de crescimento desde a fundação, com destaque da evolução histórica de suas formas funcionais.

8. **Manual de Urbanismo**

Brunner, Karl, H., Bogotá, Colômbia, Ediciones del Consejo de Bogotá, 1939.
1. Síntesis. Vivienda, Saneamiento, 267 pp.
II. Edificación. Urbanización. Vialidad Urbana, 358 pp.

9. **Liderato en Planeamiento**

Carlson, Eric, Bogotá, Colômbia, CINVA, 1958.

Documento sôbre o Tema IV — Liderança em planejamento — apresentado ao Seminário de Técnicos em Planejamento Urbano. Analisa o papel de diversos setores do público na formulação e correção do Plano-Diretor. Dá especial ênfase ao papel que aí vai desempenhar a Universidade.

10. **Seminário de Técnicos y Funcionário sen Planeamiento Urbano: Informe Final**

Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento, CINVA, Bogotá, Colômbia, outubro, 1958, 105 pp.

Ampla e completa exposição do processo de planejamento em relação aos níveis urbano e regional, considerando principalmente as necessidades da América do Sul. Ênfase: conceitos básicos do planejamento, e do plano-diretor e sua realização por meio da renovação urbana e do planejamento sistemático. E' o resultado de um seminário de um mês levado a cabo com a presença de cêrca de quarenta funcionários de cidades latino-americanas, especializados no campo.

11. **A Crowding Hemisphere. Populations Change in the Political Science.**
Americas, The Annals of the American Academy of
Davis, Kingsley, coordenador, Filadélfia, EE.UU. 1958.
a. "Human Fertility in Latin America", de Christopher Tietze, pp. 84-93.
b. "Myths and Realities of International Migration into Latin America", de Richard Robbins, pp. 102-110.
c. "Recent Trends in Latin Americain Urbanization", de Harley L. Browning, pp. 11-120.

Série de artigos relacionados entre se tratando dos problemas demográficos do hemisfério. De grande interêsse é o material sôbre as principais características e implicações do processo de urbanização. Ênfase na posição das capitais latino-americanas.

12. **Urbanization in Latin America, The Milbank Memorial Fund Quaterly**

Davis Kingsley, e Ana Casis, Nova Iorque, EE.UU., Vol. 24, abril-julho, 1946. Parte I, pp. 186-207; parte II, pp. 293-314.

E' um dos primeiros estudos sôbre o crescimento da população urbana da América Latina. A primeira parte compara as características urbanas e suburbanas com as de outras partes do mundo. Estuda também as causas da urbanização na América Latina. A segunda parte se concentra nas diferenças entre as populações urbana e rural e em fenômenos sociais como a taxa de natalidade e mortalidade, os movimentos migratórios, estrutura etária, analfabetismo e similares.

13. **Características del Planeamiento Regional Metropolitano y Urbano en América Latina.**
Dorich, Luis, Bogotá, Colômbia, CINVA, 1958, 14 pp. (mimeog.).

Documento apresentado ao Seminário de Técnicos em Planejamento Urbano, analisando os problemas correntes do planejamento urbano e regional na América Latina. Ênfase no Peru, onde o autor obteve vasta experiência.

14. **Filosofia y objetivos de la Renovación Urbana**

Feiss, Carl, Bogotá, Colômbia, CINVA, 1958, 18 pp (mimeog.).

Documento sôbre o Tema IV do Seminário de Técnicos em Planejamento Urbano. Descreve amplamente um programa de renovação urbana, sugerindo formas de adaptação das experiências dos Estados Unidos à América Latina.

15. **Planos de Ciudades Iberoamericanas y Filipinas Existentes en Archivos de Indias**
Instituto de Estudios de Administración Local — Seminário de Urbanismo, Madrid, Espanha, 1951.
Vol. I, 345 pp.
Vol. II, 312, pp.

350 mapas e planos históricos de cidades coloniais espanholas das Américas e das Filipinas. A introdução ao primeiro volume de ilustrações, descreve as bases dêste vasto programa urbanístico. O segundo volume apresenta uma transcrição dos dados especificados nos planos.

16. **Low Cost Housing in Latin America**

Jones, Robert C., Washington, D.C., EE.UU., União Pan-americana, 1943, 20 pp.

Trata-se do primeiro trabalho especializado em habitação econômica na América Latina preparado nos Estados Unidos e certamente teve muito que ver com o progressivo aumento do interêsse pela habitação por parte da Organização dos Estados Americanos.

17. **Las Ciudades de Los EE.UU.: Su Legislación Urbanística, Sus Códigos de Edificación**

Migone, Luis, Buenos Aires, Argentina, Editorial El Ateneo, 1940, 548 pp.

Estudo sôbre as cidades dos Estados Unidos do ponto-de-vista legislativo e técnico. E' descritivo e também crítico. A análise se relaciona especialmente com a cidade de Buenos Aires. As conclusões, entretanto, são pertinentes à maior parte dos países latino-americanos. Êste livro estimulou enormemente o intercâmbio profissional entre os Estados Unidos e a América Latina.

18. **Formación de Personal para la Planificación Urbana y Rural**

Nações Unidas, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Série n.º 11 — Habitação, Construção e Planejamento. Nova Iorque, EE.UU., 1957, 128 pp.

Coleção de artigos. Sintetiza as conclusões do seminários realizado em Pôrto Rico em março de 1956, a fim de estudar o problema da educação no campo do planejamento, o desenvolvimento da profissão de planejador e a pesquisa universitária sôbre planejamento na América Latina. Foi organizado por Pôrto Rico, pela OEA e pela ONU, e serviu para estimular o ensino do planejamento na América Latina.

19. **Acción Municipal en el Mejoramiento de las Condiciones de Vivienda y la Eliminación de Malas Viviendas**

União Pan-americana, Divisão da Habitação e Planejamento, Washington, D.C., EE.UU., 77 pp.

Estudo das possibilidades de ação municipal no campo de planos, inclusive alguns exemplos de métodos de remodelação urbana dos Estados Unidos. Ênfase: papel govêrno municipal na solução do problema da habitação.

20. **Compilación de Resoluciones sobre Planeamiento, Vivienda y Edificación**

União Pan-americana, Washington, D.C., EE.UU., 1958, 135 pp.

Documento histórico, porquanto apresenta as diferentes resoluções sôbre planejamento urbano, habitação e edificação que têm sido tomadas em Conferências Interamericanas, começando pela de 1890.

21. **Informe de la Secretaría del Consejo Interamericano Econômico y Social sobre la primeira Reunión Técnica Interamericana de Vivienda y Planeamiento**

União Pan-americana, Washington, D.C., EE.UU., 1958, 199 pp.

Informe preparado pela União Pan-americano resumindo a Primeira Reunião Técnica Interamericana sôbre Habitação e Planejamento Urbano. Traz as conclusões e recomendações feitas aos governos latino-americanos.

22. **Actividades, Coordinación y Cooperación Técnica Interamericana en el campo de Vivienda y Planeamiento de acuerdo a los términos de la Resolución de la Décima Conferencia Interamericana**

União Pan-americana, Washington, D.C., EE.UU., EE.UU., 1956, 69 pp.

Informe preparado para a Primeira Reunião Técnica Interamericana sôbre Habitação e Planejamento, realizada em Bogotá em 1956. Sumária políticas e programas de habitação e planejamento urbano. Ênfase no trabalho do Centro Interamericano de Habitação e nas resoluções da Décima Conferência Interamericana de 1954.

23. **Informe final, Segunda Reunión Teécnica Interamericana en Vivienda y Planeamiento, Reunión de Huampani, Peru, de 18-26 de Noviembre**

União Pan-americana, Conselho Interamericano Econômico e Social, Washington, D.C., EE.U., 1959, 59 pp.

Inofrme final da Segunda Reunião Técnica Inamericana sôbre Habitação e Planejamento Urbano, convocada pela Organização dos Estados Americanos e efetuada em Lima. Importante porque as recomendações são apresentadas pelos delegados oficiais das repúblicas americanas e porque põe em relêvo tanto os aspectos sociais de habitação como o planejamento urbano e regional.

24. **La Vivienda de Intéres Social en América Latina: Istimo Centroamericano**

União Pan-americana, Washington, D.C., EE.UU., 1957, 122 pp.

Estudo do problema habitacional em seis países da América Central. Analisa as implicações de ordem sócio-econômica e as várias medidas tomadas para resolvê-las.

25. **Planificación de Carreteras y Desarrollo Urbano**

União Pan-americana, Divisão de Habitação e Pla·

Contribuição da União Pan-americana ao Sétimo Congresso de Estradas. Trata das relações entre o planejamento e os transportes, adaptando as experiências dos Estados Unidos as condições existentes na América Latina. Traz recomendações.

26. **Problemas de la Vivienda de Interés Social**

União Pan-americana, Washington, D.C., EE.UU., 1953, 185 pp.

Informe altamente significativo e concludente sôbre o problema da habitação na América Latina preparado pelo **Comitê Ad Hcc** convocado pelo Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES). E' de especial importância para a análise econômica e Social da habitação na América Latina.

27. **Problemas de la Vivienda de Interés Social**

União Pan-americana, Conselho Interamericano Econômico e Social, Washington, D.C., EE.UU., 1954, 232 pp.

Ampliação e completa revisão do informe que sôbre o mesmo tema fêz o **Comitê Ad Hoc** em 1953.

28. **Public Administracion in Latin America**

União Pan-americana, Conselho Interamericano Econejamento Urbano, Washington, D.C., EE.UU., 1957 47 pp.
nômico e Social, Washington, D.C., EE.UU., 1955, 74 pp.

Este estudo precursor sôbre admiinstração pública na América Latina preparou o caminho para os programas de assistência técnica em vários países. Analisa o tema ao nivel do govêrno nacional, provincil e municipal e expõe tanto a prática como a preparação ou ensaio.

29. **El Problema de la Vivienda Econômica en la América Latina**

União Pan-americana, Conselho Interamericano Econômico e Social, Washington, D.C., EE.UU., julho, 1953, 158 pp.

Importante documento preparado sob a direção do Conselho Interamericano Econômico e Social para a consideração de seu **Comitê Ad Hoc** para o estudo da habitação econômica, representa o interêsse inicial do Conselho sôbre habitação como um problema de graves repercussões econômicas e sociais. Trata sôbre a origem e natureza do problema e a mobilização de recursos para resolvê-lo.

30. **Uso de la Tierra en Relación con la Vivienda y el Desarrollo Urbano y Regional**

Pastor, José M. F., e José Bonilla, Buenos Aires, Argentina. Instituto de Planeamiento Regional y Urbano, 1958, 273 pp.
no México. Além de descrever o problema, esboçou planos e programas mais amplos de cooperação interamericana de

Um estudo especializado dos problemas do uso da terra em relação com o desenvolvimento urbano e regional em vários países europeus, os Estados Unidos, Ásia, África e América Latina onde se pôs ênfase na Argentina. O livro foi escrito para servir de base para definir o planejamento e possiveis contrôles do uso da terra em uma politica nacional sôbre habitação para a Argentina.

31. **Aspectos Eccnomicos de la Urbanizacion en Latino-America**

Tese apresentada no Seminário sôbre Problemas de Urbanização na América Latina, realizado de 6 a 1 de julho de 1959 em Santiago do Chile. Rottemberg. Simón, Santiago, Chile, 27 pp. (mimeog.).

Análise das repercussões econômicas da forte tendência à urbanização dos paises latino-americanos. O autor estuda as causas econômicas que atraem as pessoas à cidade, tais como atrações, produtividade no trabalho, altas remunerações, concentrações de inversões e politicas de industrialização.

32. **A Statistical Study on Latin America**

Rychoft, Stanley W. e Myrtle M. Clemmer, Nova Iorque, EE.UU., Bulletin of Office for Research, Vol. I, n.º 9, 1.º de novembro de 1961, United Presbyteriam Church in the USA, 64, pp. (mimeog.).

Seleção de estatísticas recentes, incluindo material sôbre uma extensa gama de fenômenos sociais de 1960-61. Os capitulos sôbre população e urbanismo compreendem um têrço de trabalho e dramatizam o alarmante crescimento urbano que se espera no futuro.

33. **La Ensenanza de la Planificación en la América Latina**

Sociedade Interamericana de Planejamento. San Juan, Pôrto Rico, 1960, 179 pp.

E' o estudo mais extenso que conhecemos sôbre o ensino do planejamento na América Latina. Preparado por especialistas em planejamento físico e ciências sociais, é um informe crítico sôbre o trabalho universitário em planejamento dos nossos dias e focaliza a atualidade do ensino nêsse campo. Estuda o planejamento urbano. Ênfase na necessidade do planejamento regional integral.

Existe um resumo em espanhol e em inglês editado pela Sociedade Interamericana de Planejamento.

34. **Panorama del Problema de la Vivienda en la América Latina**

Solow, Anatole, e Luis Vera, Washington, D.C., EE.UU., União Panamericana, 1952, 140 pp.

Documento precursor, apresentado pela União Pan-americana ao Sétimo Congresso de Arquitetos

35. **Algumas tendências Sociais correntes na América Latina, SOCIOLOGIA**

Smith, T. Lynn. São Paulo, Brasil, Sociologia, agôsto de 1954, pp. 236-247.

Breve e valiosa exposição analisando o rápido crescimento de pequenas e grandes cidades e as funções cambiantes das cidades latino-americanas de um ponto de vista social.

36. **Seminário sôzre problemas de Urbanización en América Latina**

Santiago, Chile, 6 a 18 de julho de 1959 — Nações Unidas, Conselho Econômico e Social, Nova Iorque, EE.UU.

O expediente dêste importante seminário, o primeiro em seu gênero levado a efeito na América Latina, está em vias de ser publicado. Apresentaram-se cêrca de vinte e cinco trabalhos que cobrem uma ampla gama de tópicos. Vários dêles que versam mais diretamente sôbre o planejamento urbano estão incluidos nesta bibliografia e são citados a seguir.

37. **Creación de Oportunidades de Empleo en relación al Abastecimento de Trabajo**

Tese apresentada no Seminário sôbre Problemas de Urbanização na América Latina, realizado de 6 a 18 de julho de 1959, em Santiago do Chile. Rottemberg, Simón. Santiago, Chile, 27 pp. (mimeog.).

Breve estudo acêrca da composição atual do emprêgo urbano e um panorama das novas oportunidades de trabalho. Discute-se o processo de urbanização e sua relação com a formação de capital na América Latina.

38. **Aspectos Demográficos de la Urbanización en América Latina**

Tese apresentada ao Seminário sôbre Problemas de Urbanização na América Latina realizado de 6 a 18 de julho de 1959, em Santiago do Chile. Nações Unidas, Divisão de Assuntos Sociais, Seção de Povoamento, Nova Iorque, EE.UU., 62 pp. (mimeog.).

Estuda a situação e as tendências históricas de urbanização na América Latina. Analisa a distribuição do sexo, recundidade, estado civil, mortalidade, movimentos migratórios, idades, aanlfabetismo e população ativa no continente.

39. **Algumas Implicaciones Politicas de la Urbanización**

Tese apresentada ao Seminário sôbre Problemas de Urbanização na América Latina realizado de 6 a 18 de julho de 1959 em Santiago do Chile. Nações Unidas, Divisão de Assuntos Sociais, Nova Iorque, EE.UU., 34 pp. (mimeog.).

Estudo das políticas e métodos de planejamento, coordenação, administração, contrôle e organização planejada para áreas urbanas.

40. **Urban Land Problems and Policies in Latin America Current Information on Urban Land Pclicies, A Preiminary Report**

Nações Unidas, Divisão de Assuntos Sociais, Nova Iorque, EE.UU., abril de 1952, pp. 170-186.

Uma revisão do problema das áreas urbanas em vários países. Devido à semelhança que apresentam os países latino-americanos, os agruparam em um só resumo. Êste inclui o aparecimento do processo de urbanização na América-Latina, as formas de desenvolvimento das áreas urbanas, a erradicação da má habitação e de habitações junto com os comentários sôbre a necessidade de um planejamento integral.

41. **Urbanización en América Latina**

Informe sobre la situación social en el mundo incluyendo estudios de urbanización en ááreas subdesarroladas Cap. IV. Nações Unidas, Divisão de Assuntos Sociais, Nova Iorque, EE.UU., 1957.

A mais completa e concisa exposição do processo de urbanização em países latino-americanos, analisando suas manifestações, tendências e conseqüências em relação com problemas urbanos específicos tais como habitação, salubridade, educação e serviços públicos.

42. **Planning in Latin America**

Trabalhos selecionados da Conferência Nacional de Planejamento, eralizada em Washington, D.C., EE.UU., em maio de 1958. Vera, Luis, Eric Carlson Larry Reich e J. E. Rivera. American Society of Planning Officials Chicago, EE.UU., Planning 1958, pp. 123-141.

Tratam os quatro trabalhos de traçado urbano e da maneira de viver latino-americano do trabalho do Centro Interamericano de Habitação e Planejamento de Bogotá e do trabalho dos técnicos dos Estados Unidos na América. O teha penetra na complexa estrutura dos problemas urbanos desde a época colonial até os dias presentes de mudanças sociais, delineando os contrastes entre o estudo do planejamento nos Estados Unidos e na América Latina.

43. **Renovación Urbana**

Vera, Luis. Washington, D.C., EE.UU., União Panamericana, 1955, 53 pp.

Define o papel da renovação urbana na solução dos problemas urbanos. Baseado sobretudo nas práticas dos Estados Unidos. O trabalho começa com uma descrição dos problemas e oferece uma base para preparação e efetivação de programas na América Latina.

44. **Urbanización y Desarrolo Economico**

Vietroristz, Thomas. Santiago, Chile, 71 pp. (mimeog.).
Tese apresentada ao Seminário sôbre Problemas de Urbanização na América Latina.

Apresentação teórica encaminhando ao estudo dos fatores que intervêm no desenvolvimento das cidades. Começando com a localização industrial e o custo dos serviços urbanos, o autor traça programas integrados de urbanização e desenvolvimento econômico.

45. **Cities of Latin America**

Violich, Francis. Nova Iorque EE.UU., Reinhold Publishing Company, 1944, 241 pp.

Estudo precursos sôbre o desenvolvimento urbano da América Latina comparado com os Estados Unidos, sôbre o marco geográfico, social e as determinantes históricas. Descreve o problema da habitação e o planejamento como estavam em 1941 - 42, junto com as soluções postas em prática. Já que êstes aspectos se tornaram mais complexos e desafiadores desde então, a perspectiva oferecida por êste trabalho é básica.

46. **Low-cost Housing in Latin America**

Viilch, Francis. Washington, D.C. EE.UU., União Pan-americana, Divisão de Assuntos Econômicos e Sociais, Seção de Informações Sociais e Trabalhistas, 1949, 93 pp.

Trabalho da União Pan-americana. E' o primeiro estudo do problema habitacional. Contra um fundo de fatôres sociais e econômicos, descreve os problemas e programas da América Latina e dos respectivos países. Deu começo a um maior interêsse e concentração no problema por parte da União Pan-americana.

47. **Urban Land Policies: Latin America, in Housing and Town and Country Planning**.

Violich, Francis. Bulletin 7 — **Urban Land Problems and Policies,** Nações Unidas, Nova Iorque, EE. UU., 1953, pp. 90-97.

Artigo sôbre o uso da terra na América Latina, com referência às origens e influências européias. O trabalho analisa problemas tais como o uso desordenado do solo, os custos do solo urbano em relação aos custos de urbanização, a excessiva subdivisão da terra, a erradicação em relação ao planejamento geral.

48. **Planning in South America: I Status; II Education, in The Journal of the American Institute of Planners**

Violich, Francis, Vol. XXIII, n.º 3, 1957, pp. 112-125.

Cálculo preliminar do desenvolvimento urbano nos países do continente sul-americano, como resultado de um estudo **in loco** feito pelo autor em 1956. Comparam-se as condições existentes com as do estudo anterior do autor em 1941-42. Ênfase na necessidade de u mconhecimento mais sistemático dos problemas e soluções urbanas, e no ensino do planejamento urbano.

49. **Planeamiento Urbano en América Del Sul: Tendencias, Perspectivas Futuras,** "Vivienda y Planeamiento", n.º 24.

Esta a referência que segue são essencialmente a versão espanhola do artigo anterior.

50. **Enseñanza de la Planificación en América Del Sur**

"Vivienda y Planeamiento", n.º 25.
Violich, Francis. União Pan-americana, Washington, D.C., EE.UU., 1958, pp. 8-18.
Estudo do ensino do planejamento nas universidades da América do Sul. Ênfase: necessidade de um método sociológico no ensino do planejamento urbano.

51. **Problemas y Tecnicismos Del Control de Aprovechamiento Del Terreno, Servicios Públicos,** novembro-dezembro de 1957 e março-abril de 1958.
Violich, Francis, pp. 14-23 e 16-26.

A primeira parte destaca as insuficiências do contrôle municipal do uso da terra na América Latina, analisa os problemas de congestão nas cidades centralizadas e descreve as novas tendências no

52. **El Plan General Urbano como Instrumento Básico Guiar el Desarrol lo Urbano**

Violich, Francis. Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento Bogotá, Colômbia, 1958, 27 pp. (mimeog.).

Programa de trabalho preparado para o Tema III do Seminário de Planejamento Urbano efetuado de 5 a 30 de outubro de 1958 na CINVA. Destaca os principais aspectos do planejamento urbano na América Latina. Define o plano-diretor como um instrumento para guiar o desenvolvimento urbano, e descreve a renovação urbana e outros métodos de efetivação. Destaca a necessidade da liderança da comunidade no planejamento urbano na América Latina.

53. **La Universidad y el Planeamiento Urbano y Regional en America Latina**

Violich, Francis. Sociedad Interamericana de Planificación, Sna Juna, Pôrto Rico, 1958, 20 pp. (mimeog. espanhol e inglês).

Trabalho apresentado na Segunda Assembléia Geral da Sociedade Interamericana de Planejamento. Oferece uma valorização qualitativa e quantitativa do planejamento profissional na América Latina, uma revisão da situação do planejamento urbano e regional nas universidades e as possibilidades de uma liderança universitária para avançar neste campo a fim de enfrentar as demandas do crescimento urbano.

54. **O papel das Universidades no Desenvolvimento do Planejamento Regional e Urbano na América Latina**

Violich, Francis. **Engenharia Municipal**, São Paulo, janeiro-março de 1959, pp. 3-9.
Tradução portuguêsa do trabalho anterior.

55. **Regional Planning in Latin America. Selected Examples of Problems and Potentials "in Regional Plannin",** "Housing Buildingand Planning" n.º 12-13.

Violich, Francis. Nações Unidas, Nova Iorque, EE. UU., 1959.

Trabalho sôbre o planejamento regional na América Latina e suas repercussões em relação com o planejamento urbano. Eexemplos tomados da Colômbia, Peru, Chile e Brasil ilustram os métodos atuais. São expostas conclusões, destacando-se a necessidade de um planejamento regional global para o futuro.

56. **Urban Develpment in Latin America: A Review**

Violich, Francis. Tese apresentada à Conferência sôbre a América Latina, de Stanford, organizada pela Sociedade Hispano-Americana na Universidade de Stanford de 8 a 11 de outubro de 1959, 16 pp. (mimeog.).

(Um livro baseado nos trabalhos apresentados na Conferência de Stanford sôbre a América Latina está em preparação na Universidade de Stanford sob o tiutlo **Américo Latina**.)

Exposição resumida do processo de urbanização na América Latina e dos problemas que está causando. Discutem-se administração municipal para a estruturação de programas e políticas de planejamento. Ênfase no papel das universidades da preparação e pesquisa.

57. **Town Planning in South America**

Wiever, Paul L. e José Luis Sert, reedição de **L'ARCHITECTURE D'AUJOURD HUI,** n.º 33, França, 1951, 56 pp.

Apresentação de uma visão do planejamento urbano na América Latina. Profusamente ilustrada com material dos quatro planos-pilotos para Medellin e Tumaco, na Colômbia, e para Chimbote e Lima no Peru. Ênfase: planejamento de conjunto e traçado urbano. Foi produto de vasta experiência e traçado urbano. Foi produto de vasta experiência dos autores em planejamento urbano em várias cidades latino-americanas.

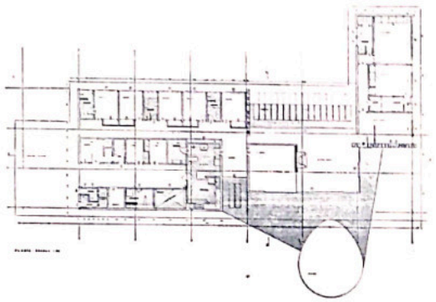
58. **Sudmerica in Spiegel Seiner Stadte**

Wilhelmy, Herbert. Hamburg, Gruyter, 1952, 450 pp. com bibliografia, pp. 431-441.

Bem ilustrada descrição do desenvolvimento urbano na América Latina. Ênfase nos aspectos geográficos e históricos. Umas dez cidades da América Espanhola são estudadas, sendo dedicada uma seção às cidades do Brasil.







Arquiteto — PAULO ANTUNES RIBEIRO

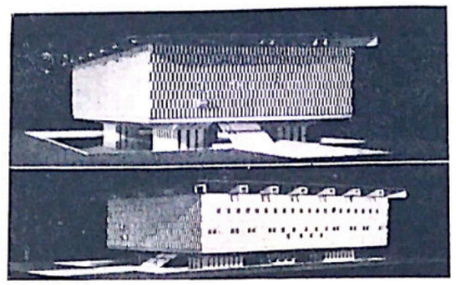
Museu do Petróleo

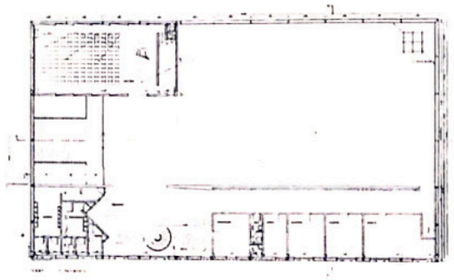
Salvador — Bahia

Projeto — 1962

Edifício destinado à mostra da evolução do problema do petróleo no Brasil expondo o lado histórico da questão de forma didática. Conjunto maciço sem janelas, colocado sôbre 4 pilotis, composto cada um de 20 colunas, que nascem de um grande espêlho d'água. Êsses agrupamentos de colunas seriam iluminados interiormente.

Até o piso do museu a estrutura será de concreto armado, e a restante de aço. O fechamento do prédio será em alumínio dourado e na côr natural, constituindo-se de "meios toneis" deve imaterial, colocados alternadamente. O parâmetro externo da estrutura de concreto ficará à vista, sem revestimento.





Arquiteto — PAULO ANTUNES RIBEIRO

Residência LARISH

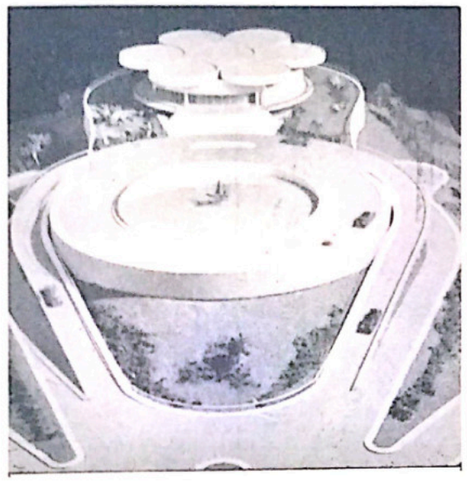
Praia de Marbella — Espanha

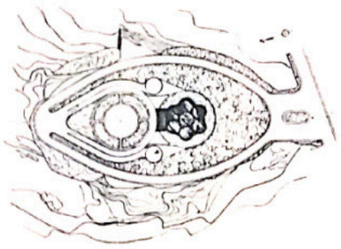
Projeto — 1963 e construção em andamento.
O programa estabelecido exigia:

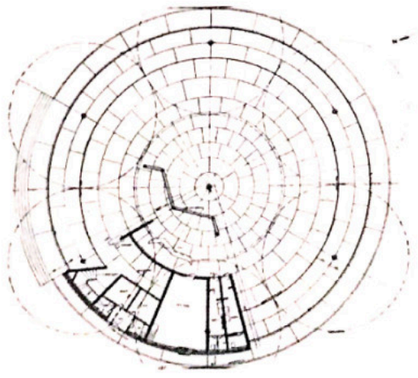
a) Quartos independentes para 5 filhos e afastados do apartamento principal.

b) Serviço confinado, dada a situação do terreno, com vistas em tôdas as faces.

Estrutura mista de concreto e ferro, com a cobertura independente formando colchão de ar. Os azulejos e pedras são materiais locais de grande beleza.





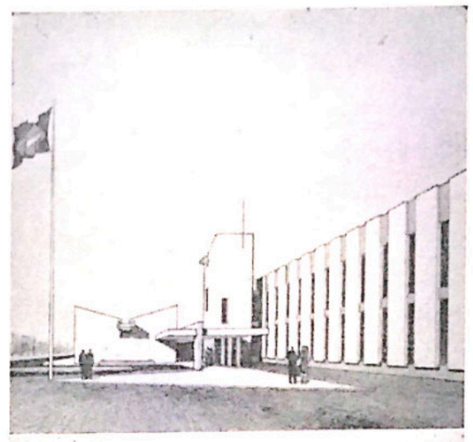


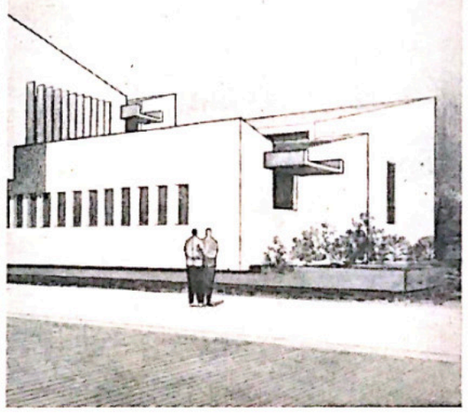
Arquiteto — PAULO ANTUNES RIBEIRO MIRANTE

Refinaria Duque de Caxias — Est. do Rio de Janeiro

Projeto — 1960

Pôrto de observação para visitantes do conjunto de forma a proporcionar total visibilidade de tôda a área sem contato direto com os setores de trabalho. O local faz parte da urbanização dos terrenos onde estavam já projetados os reservatórios de distribuição da Refinaria.





Arquiteto — MARCOS KONDER.

HIRCIO FERMO DE MIRANDA — Arquiteto associado.

Conjunto Técnico — Administrativo do Oleoduto Rio-Belo Horizonte

Caxias — Estado do Rio de Janeiro

Projeto e construção — Iniciado — 1963

Conjunto arquitetônico composto de pórtico de entrada; administração; auditório; restaurante, dependências de hóspedes; serviços de vigilância e segurança; almoxarifado; oficina de manutenção; serviços gerais; garagem; oficina mecânica; posto de lubrificação e gasolina; laboratório; casa de bombas. Area total de construção, aproximadamente 8.000 m².



DESTAQUE

MAURICIO ROBERTO DEIXA A ASDI

Maurício Roberto participou ativamente do grupo de trabalho que organizou a Escola Superior de Desenho Industrial do Estado da Guanabara. Foi o seu primeiro diretor. Agora, em conseqüência do "caso grego", êle se afasta da direção da Escola a qual êle vinha dedicando todo o grande entusiasmo que lhe é próprio. Alunos, funcionários e professôres da ESDI escreveram a MR uma carta onde se despedem do seu antigo diretor com a esperança — que também é a de ARQUITETURA — de que o afastamento não será definitivo.

"Caro Maurício Roberto: **no momento em que você deixa — por um período que esperamos que seja breve — a direção da ESDI, anexamos às recordações que leva daqui a prova de nossa amizade e o reconhecimento pelo trabalho que com tanta abnegação e mérito você realizou nesta fase heróica do Desenho Industrial. Alunos, funcionários e professôres abraçam-no com a certeza de que a história da ESDI saberá colocá-lo no lugar que ESDI saberá colocá-lo no lugar que seu trabalho e realização conquistaram, como homem que deu forma e setindo à escola, confiança aos seus colegas e esperança aos alunos.**

(ass.) **Flávio de Aquino, Carlos Heinz Bergmiller, Alexandre Wolner, Aloisio Magalhães, Lamarthine Oberi, Orlando Luiz de Souza F. Costa, Luiz Fernando de Noronha e Silva, Euryalo Cannabrava, Zuenir Carlos Ventura, Gilda de C. Silveira, Sylvia Granville, José Natal Ernesto Pini, Raul Ghunter Vogt, Sergio Roberto de S. Andrade, Leon Algamis, Ceres Albuquerque, Dirce Rocha Cavalcanti, Alberto Gonçalves da Silva, Maris Cristina K. Basilio, Claudius Ceccon, Gustavo Goebel Wayne, João Luiz Condé, Margarida Maria V. de Figueiredo, Mario Paulo V. Monteiro, Alfredo Bastos, Leonardo V. Cavalleiro, Roberto Verschleisser, José Antônio de Souza Nett, Thomaz Júlio Margonier, José Milton Ferrari, Gianvittore Calvi, Ferdinando Sergio Carneiro, Antônio Ramos Gouveia, Marilena Marques de Carvalho, Theodore Ding Wen-Wu, Luiz Augusto dos Santos Braga, Gyzete dos Reis Fonseca, Nilo de Souza e Silva, Mario E. Fernandez, José Martins.**

O "doutô" e eu gostamos muito de materiais construtivamente-construtivos...

O trabalho da gente rende mais. Não complica. Nem da bronca. A obra não fica encalhada. Cada dia a gente vê o chão mais la embaixo - "Tá subindo, beleza!". Estrutura pronta no prazo. Chopada. O "doutô" satisfeito. Já vamos começar outra. Também vai ter esta placa

LAJES VOLTERRANA

Lajes pré-fabricadas para pisos e forros. Lajotas de cerâmica ou de concreto. Lajes "X" com armação cruzada para casos especificos. Consulte-nos para maior eficiência de sua construção.

Celéber SPCP 302

SÃO PAULO (Barão de Itapetininga, 151 – 11.º – Fone 35-7245) — RIO (Rua da Lapa, 180 5.º – Fone 22-5470) — BELO HORIZONTE (Rua São Paulo, 893 – 8.º – Fone 4-1326) RIBEIRÃO PRETO (Rua Álvares Cabral, 576 – Fone 3701) — BRASÍLIA — RECIFE

Notícias

PRÊMIO REYNOLDS 1964

O Prêmio Reynolds 1963 foi atribuído a Hans Maurer pelo seu projeto para o Pavilhão de Exposições do Hanover Aluminium Centro.

Em 1964, o Prêmio Reynolds será atribuído pela oitava vez a um arquiteto que tenha concebido uma significativa obra de arquitetura na qual o alumínio tenha sido utilizado. O valor do prêmio Reynolds é de US$ 25.000. O vencedor de 1964 será anunciado êste mês (U.I.A. 24).

PREMIAÇÃO DE 1963 DA A.I.A

O Júri concedeu 5 prêmios de honra e 8 de mérito. Em contraste com o júri do ano passado que preferiu fazer uma declaração mordente sôbre o nível pouco elevado dos projetos, o júri dêste ano considerou encorajantes os trabalhos apresentados. Os 5 laureados com os prêmios de Honra foram:

Eero Seaariner e Associados

Ralph M. Parsons Company

Minoru Tamasaki, Faia (Arquiteto consultor)

Skidmore, Owings & Merrill

Joseph Salerno, AIA

Anshen & Allen (U.I.A. 24)

LEWIS MUNFORD

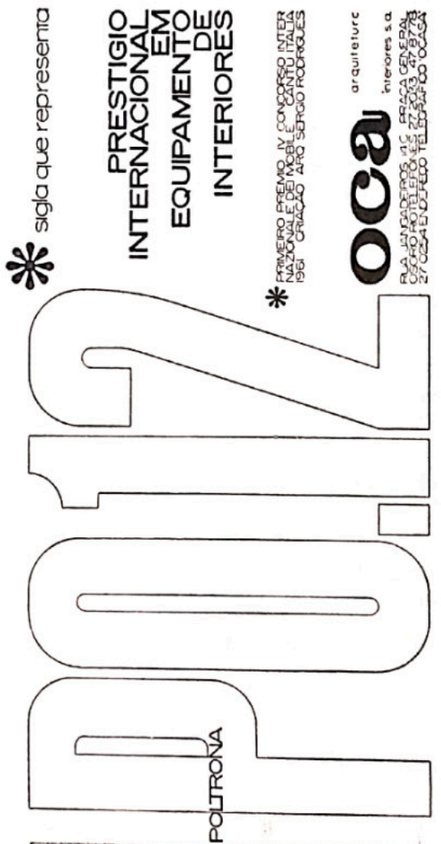
LM foi eleito presidente da Academia Americana de Artes e Letras. Munford é titular da medalha de Ouro da Riba, 1961. (UIA 24)

LE CORBUSIER: MUSEU

O Museu de Arte Moderna (Le Rond-Point de la Défense, Paris), pequeno e incômodo, será substituído. O futuro museu compreenderá salas permanentes, salas consagradas a exposições temporárias, sala de conferências, biblioteca, restaurante, etc.

Le Corbusier declarou que se dedicará exclusivamente a êste trabalho (UIA 24).

* sigla que representa
PRESTIGIO INTERNACIONAL EM EQUIPAMENTO DE INTERIORES
* PRIMEIRO PRÊMIO IV CONCORSO INTERNAZIONALE DEL MOBILE CANTU ITALIA 1961 CRIAÇÃO ARQ SERGIO RODRIGUES
oca arquitetura interiores s.a.
RUA JONATHAS PEDROSA, 46 - PRAÇA GENERAL OSÓRIO, 72 - TELS. 37-1313 - 27-0141 - RIO





CONVÊNIO IABGB — SAPS

O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) resolveu (resolução n.º 3.060 de 26-9-63, do Conselho Administrativo, proc. n.º ..... 21.445-63) autorizar o serviço de Engenharia a contratar serviços profissionais de arquitetura com profissionais estranhos a seus quadros funcionais a medida das necessidades da autarquia. Êstes trabalhos serão adjudicados segundo um ajuste com o IAB-GB.

ARQUITETURA FINLANDESA

Uma grande exposição da arquitetura finlandêsa, mostrando sua evolução através dos séculos, será realizadas em maio próximo, no Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo. A exposição, exibida recentemente no México e em Buenos Aires, foi organizada pelo Museu de Arquitetura da Finlândia e apresenta obras dos maiores arquitetos filandeses contemporâneos.

MONUMENTO A JOHN F. KENNEDY

O arquiteto Lúcio Costa foi convidado pela Sra. Jacqueline Kennedy, através do Itamarati para participar do grupo de arquitetos (18) do mundo inteiro que funcionará como comissão assessora do projeto da Biblioteca John Fitzgerald Kennedy. A primeira reunião da comissão será realizada em princípio de abril próximo e será presidida por William Walto.

Lúcio Costa, segundo informa a embaixada brasileira em Washington, será, provàvelmente, o único sul-americano do grupo. Entre os arquitetos estrangeiros estão também Alvar Aalto, (Finlândia); Franco Albini, (Itália); Sven Markelius, (Suécia); Sir Basil Spence, (Inglaterra) e Kenzo Tange, (Japão).

Os americanos são Pietro Becuschi, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts; Lous Kahn da Faculdade de Arquitetura e Planificação da Universidade de Pensilvânia; I.M. Pei; Mies Van der Rohe; Hugh Stubbins, ex-catedrático de Harvard; Paul Tiry; Benjamin Thompson, chefe de Departamento de Arquitetura da Universidade de Harvard e John O. Warnecke.

ARQUITETOS MINEIROS E REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL

O Diário de Minas dá notícia do movimento que os arquitetos mineiros vão encetar visando a aprovação do projeto de regulamentação profissional atualmente em curso no Senado. A êsse respeito o D.M. ouviu o arquiteto Jorge Dantas que informou ter procurado, com outros arquitetos, o professor Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil da Presidência da República, dêle obtendo promessa de ajuda.

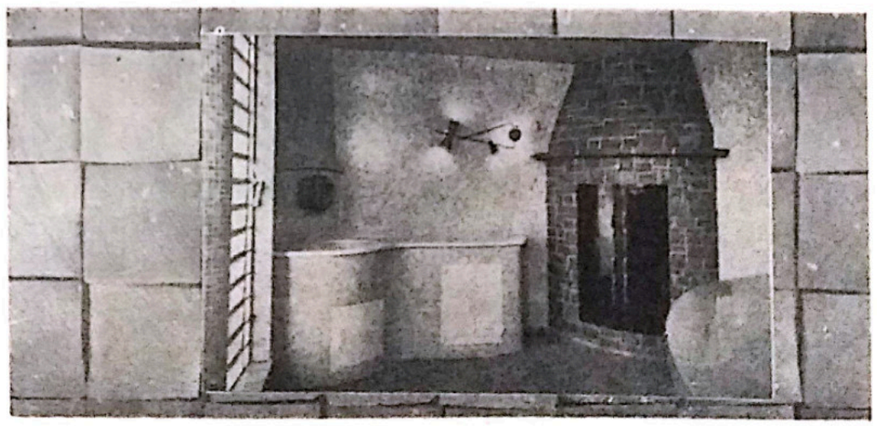
J.D. informou ainda ao D.M. que o Diretório da Faculdade de Arquitetura enviou ao Governador da Guanabara um ofício protestando contra a contratação de uma firma estrangeira para fazer o planejamento urbano do Rio.

I.M. Pei recebe medalha de honra

O A.I.A. (capítulo de Nova Iorque) concedeu seu maior prêmio, a Medalha de Honra ao arquiteto Ieon Ming Pei, nasceu em Cantão, China, em 1917, tendo ido para os EUA em 1935. Estudou no Instituto Tecnológico de Massachusets e depois em Havard, onde, em 1946, doutorou-se em arquitetura. Entre suas obras destacam-se o conjunto residencial de Kips Bay em Nova Iorque e o centro de Ciências Terrestres no Instituto Tecnológico de Massachussets.

VIDROTIL — Mosáico Vidroso

Para revestimentos, pavimentações e decorações.



São Paulo: VIDROTIL Ind. Com. — Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 306 — Tel.: 35-5288 — End. Telegr: "VIDROTIL"

Rio de Janeiro: Arthur Krug — Rua Prefeito João Felipe, 382 — Tel.: 34-9177

Legislação

PRÊMIOS NACIONAIS DE CULTURA

D.F., Decreto n.º 53.580 — de 21 de fevereiro de 1964.

Institui Prêmios Nacionais de Cultura

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º — Ficam instituídos sete (7) Prêmios Nacionais de Cultura, distribuídos pelos seguintes setôres do trabalho intelectual e artístico.

1. Letras
2. Teatro
3. Ciências
4. Estudos Sociais
5. Música
6. Cinema
7. Artes Plásticas

Art. 2.º — Os prêmios a que se refere o artigo anterior, serão de cinco milhões de cruzeiros (Cr$ 5.000.000,00) cada um e deverão ser distribuídos anualmente, pelo Ministério da Educação e Cultura, a escritores, cientistas e artistas por conjunto de obra, de acôrdo com a parecer da Academia Nacional de Cultura, instituída na Capital da República.

Art. 3.º — Quantia em dinheiro correspondente ao valor de dois (2) prêmios será anualmente destinada à Academia Nacional de Cultura, para custeio das reuniões, estudos e diligências necessárias à execução do presente decreto.

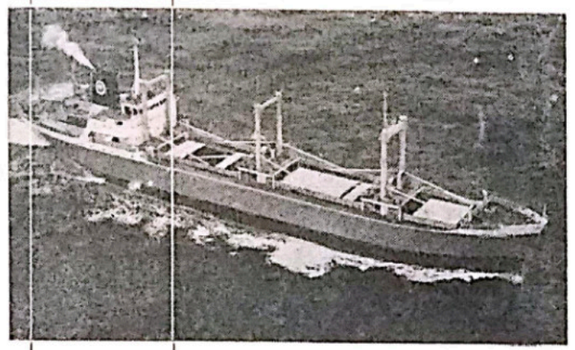
Art. 4.º — A referida Academia no prazo de sessenta (60) dias, submeterá o projeto de Regulamento dos Prêmios ao Ministro da Educação e Cultura, que, após o competente exame, o aprovará em Portaria.

Art. 5.º — Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de fevereiro de 1964; 143.º da Independência e 76.º da República.

João Goulart
Júlio Furquim Sambaquy
(Diário Oficial de 27-2-1964).

ZAULI
TAMBEM NO MAR
executou os serviços de ventilação do "Volta Redonda", o primeiro navio a motor construído no Brasil para grande cabotagem.



ZAULI S.A.
ventiladores para indústria - ar condicionado - refrigeração
SÃO PAULO - RIO - BELO HORIZONTE

DISCO — PRÊMIO NACIONAL

D.F., Decreto n.º 53.588 — de 24 de fevereiro de 1964.

Institui o Prêmio Nacional do Disco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição decreta: —

Art. 1.º — E' instituído o Prêmio Nacional do Disco, que será distribuído em fevereiro de cada ano, às melhores gravações fonográficas lançadas no País no ano imediatamente anterior.

§ 1.º — Concorrerão ao Prêmio Nacional do Disco as gravações de música brasileira, de autor ou autores nacionais ou naturalizados, executados por intérpretes brasileiros ou radicados no País e que tenham sido processadas, desde a gravação até à prensagem em estúdios e fábricas localizadas em território nacional.

§ 2.º — O Prêmio Nacional do Disco será conferido às edições que, a juízo de Comissão Julgadora, reunam os melhores índices de classificação.

§ 3.º — Para a seleção prevista a referida Comissão levará em conta os valôres artísticos e técnicos em todos os seus aspectos, além de outros fatôres que possam secundàriamente contribuir para a valorização das edições.

Art. 2.º — O Prêmio Nacional do Disco será conferido a uma gravação de cada um dos seguintes gêneros:

a) música erudita: :ao editor, pr mio aquisição no total de 300 (treze tos) exemplares; ao autor ou autor prêmio em dinheiro no valor de C 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiro e ao intérprete ou intérpretes, pr mio em dinheiro em igual valor, q será rateado no segundo caso;

b) música popular: ao editor, pr mio-aquisição no total de 300 (treze tos) exemplares; ao autor ou autor prêmio em dinheiro no valor de C 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiro e ao intérprete, prêmio em dinhei em igual valor, que será rateado segundo caso; e

c) música folclórica: ao editor, pr mio-aquisição no total de 300 (treze tos) exemplares; ao autor ou autor da adaptação ou transcrição, prêm em dinheiro no valor de Cr$ ..... 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiro

Parágrafo único. Não caberá co cessão de prêmio ao editor quando gravação escolhida houver sido fina ciada, diretamente ou indiretamen por órgão do Poder Público; não excluem, entretanto, em tais casos, premiações dos autores e intérprete

Art. 3.º — São citados, também, ma os dois seguintes prêmios:

a) Prêmio Especial de Repertório, e reconhecimento à escolha de obra ir portante, pela raridade ou pelo vul dividido em duas partes; ao edit sob forma de aquisição de 500 (qu nhentos) exemplares ,e, ao autor autores, prêmio em dinheiro no val de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão cruzeiros); e

b) Prêmio Especial de Interpret ção; ao intérprete ou intérpretes q mais se destacarem, ainda que a gr vação não tenha atingido o índi necessário para a obetnção do Pr mio Nacional, um prêmio em dinhei no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um n lhão de cruzeiros).

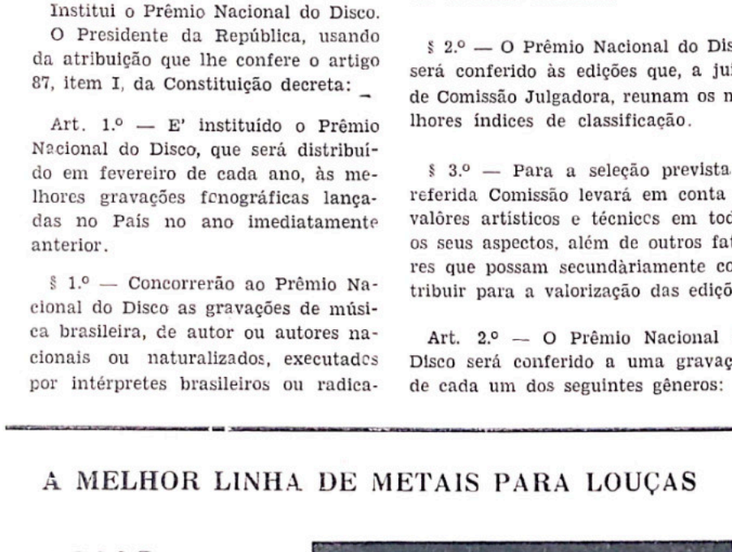
Art. 4.º — A Comissão Julgad dos Prêmios Nacionais do Disco e Prêmios Especiais será constituída personalidades militantes na crít fonográfica especializada em músic na crítica musical do país, numa s ção que reflita a participação das versas regiões brasileiras, designa pelo Ministro de Estado da Educa e Cultura, por proposta da direção Serviço de Rádiodifusão Educativa

A MELHOR LINHA DE METAIS PARA LOUÇAS

NOVO SIFÃO COMPACTO INDU

PARA LAVATÓRIOS E PIAS

Único que pode ser instalado em conjuntos de louça, sem ser necessária a remoção do pedestal para limpeza.



PATENTE DEPOSITADA

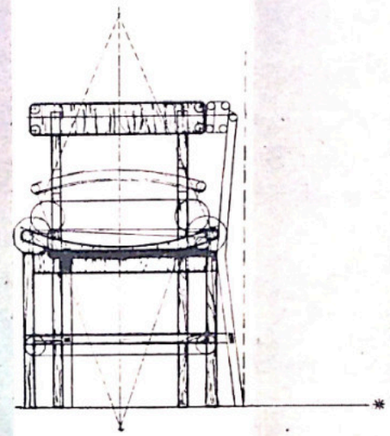
• FUNDIDO PELO PROCESSO SHELL MOLDING

• PERFEIÇÃO - ESMERO - QUALIDADE

INDU

INDU COMPANHIA INDÚSTRIA METALÚRGICA
RUA NERVAL GOUVEIA, 273 - TEL. 29-9900
CENTRO: AV. RIO BRANCO, 151 - S/1002 - TEL. 42-5518
RIO DE JANEIRO GB

fatima fatima fatima fatima fatima
fatima fatima fatima fatima fatima



arquitetura interiores
r. domingos ferreira, 221 - b. GB

§ 1.º — As decisões da Comissão Julgadora serão homologadas pelo Ministro de Estado e serão irrecorríveis.

§ 2.º — Os Prêmios de caráter autoral que incidirem sôbre obras de domínio público reverterão em benefício da Campanha de Radiodifusão Educativa, do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 6.º — As despesas com a execução do presente decreto correrão à conta de dotações próprias do Orçamento da União .

Art. 7.º — A direção do Serviço de Radiodifusão Educativa proporá ao Ministro de Estado a Expedição das instruções que julgar necessárias para a execução do disposto neste decreto.

Art. 8.º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de fevereiro de 1964; 143.º da Independência e 76.º da República.

João Goulart
Júlio Furquim Sambaquy
(Diário Oficial de 27-2-1964).



GIANFRANCO

Reprodução de obras antigas e modernas

* murais
* armários
* biombos

Colocação em:

Rua Hilário de Gouvea, 66 S.L. 210
rec./tel. 37-5857 (esq. Av. Copacabana)

Não desejaríamos que êste espaço fôsse ocupado por um simples anúncio de exaltação às nossas qualidades. Tão pouco é nosso propósito estabelecer confronto entre os serviços que são prestados pelo nosso Banco e os que não são, por outros.

Queremos, isto sim, nesta mensagem sincera e cordial, dizer que, por acreditar em nossa gente é no seu espírito realizador, temos prestigiado os mais diversos empreendimentos.

Na edição de um livro, na produção de um filme, na arquitetura, na construção de uma galeria de arte, no grande ou pequeno negócio onde a nossa presença amiga possa significar uma ajuda e um incentivo à energia criadora do homem.

Que êsses objetivos estão sendo alcançados, sabem os nossos clientes e saberá Você, também, no dia em que se valer dos serviços do

BNMG

BANCO NACIONAL
DE MINAS GERAIS S. A.

— O BANCO QUE ESTÁ A SEU LADO —



ECONOMIA

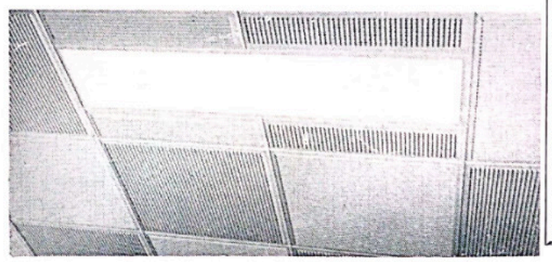
As formigas são dotadas de excepcionais qualidades de economia e não perdem tempo no verão, suprindo os seus celeiros contra os rigores do inverno. Aprenda com as formiguinhas a economizar o seu dinheiro empregando em suas construções um material que lhe dê o máximo de rendimento.

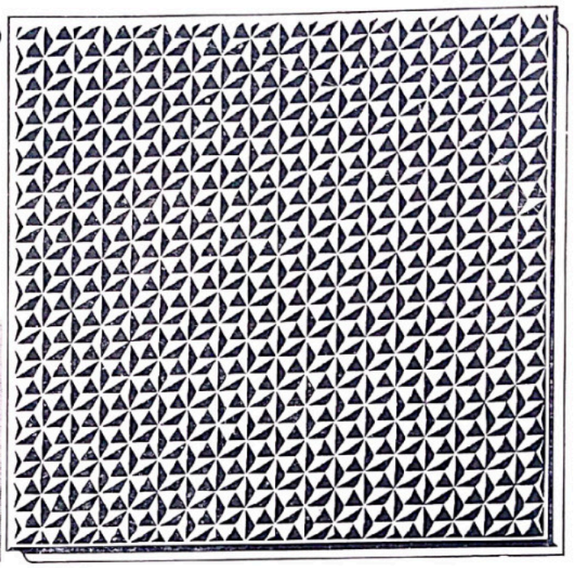
O cimento Portland Mauá supéra as especificações exigidas para cimento Portland no mundo inteiro

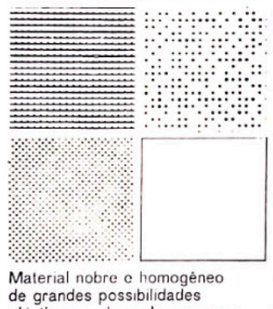
COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

CIA. NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND — MAUÁ — BRASIL

Fôrro de gêsso Gessoplac: eterno, decorativo, isolante, e incombustível







Na verdade, são incontestáveis as vantagens do forro de gêsso Gessoplac sôbre qualquer tipo de fôrro. Esta afirmação não é gratuita e baseia-se em razões sólidas. Veja:

O gêsso é um material que, com o passar do tempo, fica mais resistente. O fôrro de gêsso Gessoplac é, porisso, eterno. E é também removível e reaproveitável.

Material nobre e homogêneo de grandes possibilidades plásticas, nada pode superar o fôrro de gêsso Gessoplac quanto a aparência e possibilidades decorativas, resolvendo tecnica e plàsticamente, os problemas de iluminação.

Uma outra característica do gêsso e, portanto do fôrro de gêsso Gessoplac, é a estabilidade e inalterabilidade do material: não empena, não racha, não abre fendas, não bicha. Dispensando entarugamento, não sofre também os efeitos de sua instabilidade.

O gêsso é incombustível. Porisso, submetido durante 15 minutos a uma temperatura de 750° (teste realizado pelo Instituto de Pesquisas Técnológicas conforme certificado oficial n.° 222.315) concluiu-se que o fôrro de gêsso Gessoplac não se incendeia, que não houve produção de gazes combustíveis, não se observando também nenhuma elevação de temperatura.

O fôrro de gêsso Gessoplac, como se viu, é perfeito isolante térmico, poupando porisso, os aparelhos de condicionamento de ar. É também isolante acústico, com grande coeficiente de absorção (certificado oficial do IPT n.° 12.677). Para a perfeita isolação térmica e acústica contribui também a manta de lã de rocha de que são revestidas as chapas.

Por ser eterno e reaproveitável, o fôrro de gêsso Gessoplac seria, só por isso, a melhor solução do ponto de vista econômico. Mas há ainda outros fatores que contribuem para a redução do seu custo: sendo incombustível, reduz a taxa de seguros e o custo de colocação (incorporado ao preço) é baixo, dada a rapidez com que se processa.

Formato das chapas: 0,60x0,60m.

As chapas são presas por meio de tirantes de arame galvanizado sustentados por pregos de aço fixados a revolver.

Suportes de alumínio na borda fixadora garantem uma fixação segura.

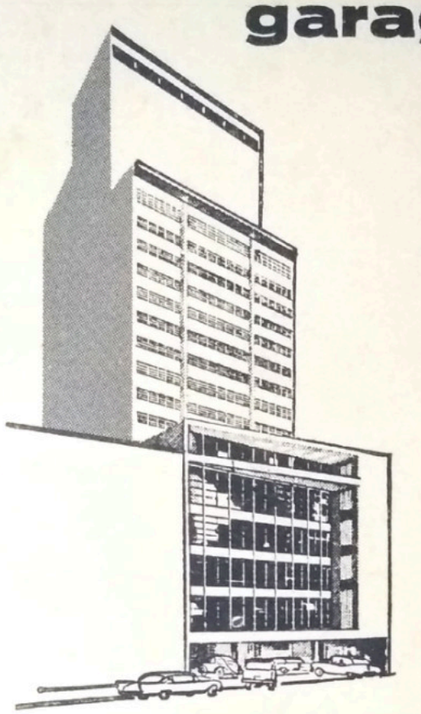
Colocação sob a responsabilidade do departamento especializado da Gessoplac

GESSOPLAC

Rua Marconi, 31 6.° andar tel.: 34 01 19 São Paulo

REPRESENTANTES: Porto Alegre: HEUSER & CIA. LTDA. – R. Vig. José Inácio, 371 – 9.° And. – S/ 913 – Galeria Rosário – Fone: 5082 – Cx. Postal 1678 • Rio de Janeiro: ENG.° CELSO PIRES LEHNEMANN – Av. Rio Branco, 156 – Grupo 2810 – Fone: 52-8292 • Campinas: WALDIR A. HEIDRICH E CARLOS LIMA Rua Dr. Costa Aguiar, 698 – 11.° and. – S/ 1105 – Fone: 8-5137 • Barra Mansa: CYRANEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO – Av. Joaquim Leite, 604 – S/ 214

garagem automática
"SISTEMA VILLARES"



Garagem Automática ARAÚJO - São Paulo

O QUE VOCÊ DEVE VERIFICAR AO COMPRAR A SUA VAGA NUMA GARAGEM AUTOMÁTICA:

- Qual o número de vagas total da garagem
- Qual o número de elevadores que a servem
- Qual o TEMPO DE VAZÃO da garagem
- Qual o TEMPO DE ESPERA da garagem

Para saber o TEMPO DE VAZÃO E ESPERA da garagem, basta você verificar o número de vagas por elevador.

Tôda garagem automática com mais de 130 vagas por elevador terá um TEMPO DE VAZÃO ACIMA DE 2 HORAS

Tôda garagem automática com TEMPO DE VAZÃO acima de 2 HORAS (ou mais de 130 vagas por elevador) terá uma ESPERA INADMISSÍVEL.

SÒMENTE AS GARAGENS AUTOMÁTICAS "SISTEMA VILLARES" NÃO TÊM ESPERA, PORQUE TÔDAS TÊM MENOS DE 130 VAGAS POR ELEVADOR.

Garagem PLAZA	153 vagas	3 elevadores	Santos
Garagem ARAÚJO	322 vagas	7 elevadores	São Paulo
Garagem CONDESTÁVEL	207 vagas	3 elevadores	São Paulo
Garagem DAS BANDEIRAS	384 vagas	6 elevadores	São Paulo
Garagem D. ERCÍLIA	42 vagas	1 elevador	Caxias do Sul
Garagem RIACHUELO	620 vagas	10 elevadores	São Paulo
Garagem JAMILE CARAM	405 vagas	5 elavadores	Londrina
Garagem F. CORREA	405 vagas	5 elevadores	B. Horizonte
Garagem PADRÃO	441 vagas	7 elevadores	São Paulo
Garagem REPÚBLICA	405 vagas	5 elevadores	São Paulo
Garagem 7 DE SETEMBRO	360 vagas	3 elevadores	Pôrto Alegre
Garagem J. K.	372 vagas	3 elevadores	São Paulo
Garagem ATLAS I	278 vagas	3 elevadores	Salvador
Garagem PARKAUTO	430 vagas	5 elevadores	Niterói
Garagem REQUIÃO	258 vagas	3 elevadores	Curitiba
Garagem BANCO ARABE	39 vagas	1 elevador	Chile
Garagem Ed. F. LIMA	348 vagas	4 elevadores	São Paulo
Garagem IMERI	252 vagas	4 elevadores	São Paulo
Garagem ROOSEVELT	779 vagas	9 elevadores	São Paulo
Garagem XAVIER DE TOLEDO	406 vagas	4 elevadores	São Paulo
Garagem SANTA EFIGÊNIA	256 vagas	2 elevadores	São Paulo

SEU TEMPO VALE DINHEIRO, NÃO ENTRE EM FILAS PARA ESPERAR SEU CARRO E NEM FIQUE ESPERANDO A SUA VEZ DE ENTRAR NA GARAGEM.

PARA NÃO ESPERAR, VERIFIQUE ANTES DE COMPRAR A SUA VAGA, SE A GARAGEM SERÁ DOTADA DE ELEVADORES "SISTEMA VILLARES" (Único sistema de estacionamento automático para mais de 100 vagas por elevador, sem espera).

INDÚSTRIAS VILLARES S. A.

ELEVADORES ATLAS

SÃO PAULO — RIO DE JANEIRO — BRASÍLIA — BELO HORIZONTE — SANTOS — RECIFE — PÔRTO ALEGRE — SALVADOR — CURITIBA — JUIZ DE FORA — PELOTAS — RIBEIRÃO PRÊTO — FORTALEZA — BELÉM — BUENOS AIRES — HAVANA — MONTEVIDÉU — MÉXICO — CARACAS — LIMA — SANTIAGO DO CHILE — ASSUNÇÃO — LA PAZ

SÍMBOLO DE VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

Êxito absoluto!



Agradecemos aos nossos prezados clientes a preferência dada ao aço especial para construção

BARRA MANSA 5000

cujos índices de vendas superaram as nossas expectativas

Fabricantes
SIDERÚRGICA BARRA MANSA S.A.
Vendas
IND. E COM. METALÚRGICA ATLAS S.A.
Rua Rizkallah Jorge, 50 - 14.º e 15.º Andares
Fones: 32-3148 - 32-5146 - Rede Interna - S. Paulo